

# OS INDUSTRIAIS PAULISTAS NO INÍCIO DO SÉC. XX.

## *THE SÃO PAULO INDUSTRIALS IN THE BEGINNING OF CENTURY XX*

João Miguel Teixeira de GODOY<sup>1</sup>

### Resumo

*O presente artigo aborda uma problemática recorrente nos estudos sobre a sociedade brasileira, que é a convivência de estruturas e características originadas em diferentes tempos históricos. O segmento da realidade escolhido para desenvolver tal questão refere-se à formação do empresariado industrial e das formas de uso e controle dos trabalhadores mais freqüentes nas primeiras fábricas paulistas na primeira metade do século XX.*

*Palavras-chaves: empresários, empresas, controle social.*

### Abstract

*The present article approaches problematic a recurrent one in the studies on the Brazilian society, that is the convivência of structures and characteristics originated in different historical times. The segment of the reality chosen to develop such question mentions the formation to it of the empresariado industrial and the forms of use and control of the workers most frequent in the first São Paulo plants in the first half of century XX*

*Keywords: entrepreneurs, companies, social control.*

### Introdução

Um aspecto que sempre chama a atenção quando observamos a realidade brasileira hoje é a coexistência de realidades e relações que nos remetem a tempos históricos distintos. Basta abrirmos o jornal e veremos lá denúncias

de trabalho escravo ou semi-servil em várias regiões do país. Não apenas nos chamados rincões: regiões distantes e isoladas da “civilização”. No Estado de São Paulo, o mais identificado coma modernidade urbana e industrial, a imprensa e os órgãos fiscalizadores do Estado têm surpreendido casos de trabalho escravo com grande freqüência. Trabalho infantil nas olarias, ou escravo nas

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de História da PUC-Campinas.

áreas de plantação de cana. Sem falar nas confecções dentro da Grande São Paulo, que empregam trabalhadores clandestinos de origem boliviana, coreana, chinesa. Não é raro encontrarmos, em vários setores da atividade econômica, pessoas trabalhando sem Carteira de Trabalho e sem acesso aos mais elementares direitos trabalhistas. Num primeiro momento, podemos imaginar que tratar-se-ia de problemas “normais” em qualquer sociedade moderna e industrial. Bastaria uma fiscalização mais rigorosa do Estado e em breve isso se resolveria. Ainda estão presentes na nossa memória episódios recentes como o do assassinato de fiscais do Ministério do Trabalho no Centro-Oeste do Brasil.

De qualquer maneira, podemos sugerir uma interpretação que considere estes problemas além do puramente epidérmico. Na realidade, muitos estudos sobre a sociedade brasileira adotaram como perspectiva de análise as diferentes formas de entrelaçamento e articulação entre aquilo que se entendeu serem elementos arcaicos (heranças não reivindicadas do passado) e outros tidos como modernos. O raciocínio mais freqüente segue a linha que aponta para as inércias do atraso. Poderíamos lembrar aqui, tirando de seu contexto original, a formulação clássica de Marx, segundo a qual os homens fazem sua história, mas não exatamente como desejam, pois não é possível se desfazer por um ato de vontade das circunstâncias legadas pelo passado. Nas suas palavras: “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” No caso da história brasileira podemos propor algumas modificações na idéia. Pelo menos no que diz respeito ao assunto do presente texto, ou seja, a formação do empresário industrial no Brasil e o modo como atuou na organização e gerenciamento do trabalho fabril.

Porque, de fato, o que observamos aqui é que para nossos industriais o presente, ou o moderno, sempre se apresentou como um pesadelo mais ameaçador que o passado. De fato, não podemos ignorar que novas práticas freqüentemente ocorrem num ambiente determinado pelo acúmulo dos efeitos das práticas anteriores. Mas o modo como as relações entre elas se constituem é um problema da história e não está previamente definido. Constatação que nos conduz a propor em outros termos as articulações entre arcaico e moderno. Esta será nossa perspectiva na história que apresentaremos a seguir. Não tivemos aqui a pretensão de reconstituir a história daqueles que se envolveram com a atividade industrial no Brasil, mas chamar a atenção para um aspecto dessa trajetória. No final retomaremos a problemática colocada nessa introdução, tentando equacioná-la de forma diferente.

## **Poder, trabalho e atuação empresarial**

A fase da economia cafeeira que compreende o final do século XIX até pelo menos os anos de 1920 do século seguinte abriu brechas para o surgimento de vários estabelecimentos industriais de pequeno, médio e grande porte em São Paulo. Muitos foram instalados em cidades do interior do Estado, em Sorocaba, Itu, Salto, Campinas, Jundiaí, entre outras. O movimento de expansão subsequente, entretanto, apontava para um processo de concentração na capital e de predominância dos grandes estabelecimentos sobre os outros, principalmente nos setores chamados de bens de consumo de massa: têxteis, alimentação, vestuário, etc (Godoy, 2002, pp.85- 122). Nosso problema situa-se nesse contexto. Queremos entender em que circunstâncias e em que condições os proprietários e os responsáveis pela montagem e funcionamento desses estabelecimentos, os de grande porte, resolveram o repetitivo problema da obtenção da obediência e empenho no trabalho de pessoas que, embora dependentes deles, via de regra os odiavam. A resposta mais habitual satisfaz apenas em parte nossa curiosidade. Procura valorizar justamente a capacidade de manter essa dependência e consolidar os mecanismos voltados para seu aprofundamento e expansão. Associa-se, nesse sentido, à consolidação da ordem industrial num enquadramento capitalista. Na realidade, alguns candidatos a “capitães de indústria” quiseram se fazer amados ou temidos mais do que necessários.

Uma vez estabelecida a vigência do regime de trabalho livre, esperava-se que os instrumentos e processos mobilizados pelos chefes de empresas fossem essencialmente de natureza econômica e contratual. Ou seja, pressupunha-se que os operários seriam capazes de progressivamente ir assimilando as regras do jogo do mercado e aceitando-as como naturais, já que pactuadas livremente. As contrariedades ou eventuais atrasos nessa evolução apresentar-se-iam como decorrentes da imaturidade do processo e como obstáculos a serem removidos. Projetos de um mundo alternativo, não passariam de utopias sem base e chance de viabilização.

Mas não foi exatamente assim que as coisas ocorreram. É duvidoso, aliás, que isso tivesse sido uma realidade absoluta em qualquer momento da história da industrialização contemporânea. O que importa ressaltar é que tal expectativa revela uma compreensão enviesada do

capitalismo como sistema de relações econômicas marcadas pela ausência de coerção política, ou extra-econômica, na extração do excedente do produtor direto, supostamente mediadas pelo mercado. Oposto, nesse sentido, ao feudalismo e ao escravismo. Trata-se de uma visão que deve ser analisada e avaliada como uma dimensão da realidade que tenta explicar. É menos que uma resposta e mais um componente do problema que também deve ser objeto de estudo.

O caminho que seguiremos para responder a pergunta acima passa pela tentativa de tirar as implicações da tese segundo a qual a instalação de indústrias de grande porte nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, representou uma etapa do desenvolvimento capitalista entre nós. Mas de um desenvolvimento capitalista com especificidades, dado sua gênese (o complexo cafeeiro exportador), e suas circunstâncias (a emergência do capitalismo monopolista numa escala mundial)<sup>2</sup>

Baseamo-nos, ainda, no entendimento de que as diferenças entre as formas compulsórias de extração do excedente e o regime de trabalho livre assalariado não se encontram exatamente na presença em um e ausência no outro de mecanismos de coerção extra-econômicos, mas da maneira como aparecem explicitamente no primeiro caso e não no segundo.

A pergunta é relevante, portanto, porque permite elucidar algumas especificidades da instalação da ordem capitalista no Brasil. Nosso ponto de partida é compreender como elementos comuns da produção capitalista tiveram entre nós um arranjo único, dadas as especificidades de nossa formação social. Não se trata, nesse sentido, de estabelecer uma diferença ou uma singularidade do caso brasileiro. O problema é estabelecer em que condições as combinações tornaram-se possíveis. Os dados gerais do problema são conhecidos de todos e dispensa uma apresentação mais detalhada. O que diferencia a economia capitalista de outras economias mercantis é que nela o trabalho torna-se, de forma dominante, também uma mercadoria, sujeitando-se, portanto, ao conjunto das regras do mercado. Não propriamente o trabalho, mas a força de trabalho. Dessa distinção resulta toda questão. A rigor, o que é de fato adquirido nas transações do mercado é essa capacidade física e mental que o trabalhador tem de executar alguma tarefa, ou melhor, o direito de uso dessa capacidade por uma determinada quantidade de tempo. Essa

capacidade se distingue formalmente do trabalhador e realmente do trabalho efetivo realizado. Sendo assim, a força de trabalho não é uma potencialidade impessoal, mas é de carne, osso, coração e mente. Possui vontade, afetividade, visão de mundo e limites físicos. Por outro lado, não existe uma relação diretamente proporcional entre as horas de uso da força de trabalho e trabalho materializado. A capacidade de encurtar a distância entre uma e outro depende, portanto, da capacidade de controle sobre o agente direto do trabalho, sobre a pessoa do trabalhador. Controle que significa vigilância e imposição de normas, mas também conquista de sua adesão voluntária e dissolução de suas resistências. A história dessa mediação é a história da organização do trabalho, dos códigos disciplinares, dos agentes da vigilância, da tecnologia industrial, das condições de trabalho e das tentativas de enquadramento do tempo livre e da vida fora dos locais de trabalho. É também a história de muitos conflitos e da reação a tudo isso por parte dos trabalhadores.

Mas é sobretudo a história de uma aprendizagem, e a palavra adequa-se bem aos nossos propósitos, na medida em que se associa à idéia de um processo nem sempre tranqüilo, nem sempre acumulativo e linear. Envolve, na realidade, toda uma complexa dinâmica de rejeições, incorporações, modificações, adaptações, etc., de idéias, práticas e valores.

Nossa resposta inicial ao problema colocado acima, portanto, é que o exercício efetivo do controle fabril resultou de um processo de tentativa e erro, um processo de aprendizagem, que ocorreu em circunstâncias muito específicas. De fato, as idéias e práticas que marcaram a atuação dos primeiros “capitães de indústrias” no Brasil resultaram de uma construção mais que acidentada. As tradições senhoriais de uso e controle da população escrava e livre até o fim do século XIX representaram uma espécie de acumulação primitiva de poder. Compuseram um verdadeiro fundo cultural de reserva com saberes e procedimentos sobre como se fazer obedecer por aqueles diretamente responsáveis pelo trabalho. A mobilização seletiva desses recursos orientou-se pelas necessidades imediatas gestadas nas relações cotidianas e rotineiras no interior dos locais de trabalho, no “chão da fábrica”, como se diz. Nesse nível, os problemas técnicos e administrativos da gestão empresarial são contaminados pelo par dominação-resistência. Por fim, devem-se considerar os

<sup>2</sup> Ver a este respeito João Manuel Cardoso de Mello. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

pensamentos e projetos formalizados e sistematizados pelas doutrinas e sistemas de idéias defensoras da ordem industrial e da sua continuidade em moldes capitalistas, reservando ao proprietário e prepostos funções centrais na condução do processo produtivo. Trata-se de procurar reconstituir a dinâmica marcada pelo confronto e convergência desses diferentes vetores num contexto modificado, num quadro estrutural mais geral no interior do qual a industrialização ocorreu e que atuou decisivamente na conformação das elites empresariais brasileiras e paulistas especificamente.

### **Visões sobre os industriais na virada do século XIX para o XX**

O contexto, a passagem do séc. XIX para o XX, trazia algumas novidades para a sociedade brasileira, mas não muitas. O surgimento de grandes manufaturas e fábricas na capital e cidades do interior paulista, na segunda metade do século XIX, não representou ameaça para os esquemas de poder, para a ordem econômica estabelecida, nem tampouco para os modos de vida tradicionais. Não no sentido que assumiu, por exemplo, na Inglaterra quase um século antes.

Diferentemente da forma mais incisiva na qual se deu o surgimento da elite industrial na Inglaterra, os primeiros indivíduos que se dedicaram às atividades industriais no Brasil não se defrontaram, de forma geral, com um meio socialmente hostil, não foram desprezados e intimidados por uma aristocracia fundiária, politicamente dominante, nem odiados por uma população trabalhadora, recentemente recrutada para o trabalho industrial, para a qual a dissolução do antigo modo de vida significaria acréscimos em termos de exigências e privações (Bendix, 1966).

A relativa fragilidade da oposição desenvolvida pelos grupos sociais antagônicos não eliminou, entretanto, a necessidade de setores da elite econômica brasileira de empreenderem um esforço intelectual e prático no sentido de legitimar a atividade industrial perante a sociedade e o Estado, assim como legitimar a posição dirigente do empresário no interior dos estabelecimentos industriais. As especificidades do contexto socio-econômico não só não eliminaram a necessidade de uma ideologia empresarial que fosse justificadora da subordinação dos homens à disciplina fabril, como terminaram por condicioná-la, dando-lhe características próprias, em vários aspectos diferentes da tipologia estabelecida por Bendix em seu estudo.

Difícilmente poderíamos identificar entre nós uma classe de industriais constituindo-se autonomamente, lutando por reconhecimento social e poder político, organizando suas empresas, recrutando e disciplinando seu pessoal, numa população muitas vezes culturalmente avessa ao estilo do trabalho fabril. Difícilmente encontraríamos no Brasil um grupo de empresários que se enquadrassem no perfil schumpeteriano: aquele que, apesar da adversidade do meio, faz-se por si mesmo. Por outro lado, não verificamos aqui a completa subordinação e dependência do grupo empresarial aos projetos estatais de industrialização, na forma como teria ocorrido na Rússia socialista, onde o Estado condicionou esse processo tanto em termos de organização das atividades econômicas quanto em termos de incorporação da força de trabalho (Bendix, 1966). Quando pensamos nas características básicas do processo de industrialização brasileiro, no padrão de gestão social e industrial da força de trabalho dominante no nosso meio, nas idéias e práticas elaboradas em defesa da indústria e justificadora da autoridade empresarial, defrontamo-nos com certas ambigüidades. Em primeiro lugar, os industriais raramente constituíram-se em grupo antagônico às elites oligárquicas, apesar de disputas e discordâncias ocasionais. A conciliação constituiu-se na principal estratégia que pautou a relação entre eles. Em segundo lugar, a relação entre empresários e trabalhadores caracterizou-se por uma rejeição autoritária da possibilidade de construção autônoma da identidade operária, predominando uma concepção de terror em relação ao produtor direto. Essa rejeição conviveu com uma incorporação afetiva e paternal, devido à permanência de relações tradicionais do tipo padrinho-afilhado. Em terceiro lugar, no que diz respeito à relação com o Estado, pode-se identificar uma instrumentalização dos poderes públicos, no sentido de garantir condições materiais e sociais para o desenvolvimento industrial, mas pode-se igualmente verificar uma crescente sujeição aos controles burocráticos, acentuadamente no período posterior a 30.

O aprofundamento e a compreensão das particularidades do processo de desenvolvimento industrial no Brasil podem ser realizados com a investigação das idéias, das representações e das práticas que interferiram na configuração do universo fabril, na maneira como ele se organizou entre nós.

Quais foram essas idéias, representações e práticas? Quais os fatores condicionantes que interferiram na construção de uma percepção social do universo fabril, e que tipos de fábrica foram organizadas a partir disso?

Os membros da elite empresarial paulista, que eventual ou sistematicamente se envolveram nas atividades industriais (cafeicultores, importadores e imigrantes capitalizados), foram atores fundamentais no processo de organização do sistema fabril brasileiro. Suas atuações, entretanto, não ocorreram de forma isolada. É necessário pensar conjuntamente a atuação da classe operária, assim como os projetos elaborados e encampados pelo Estado.

De que maneira o setor empresarial construiu sua percepção do sistema de fábrica e que tipo de fábrica emergiu da sua atuação? Vários fatores devem ser levados em conta, no sentido de compormos um quadro representativo da visão que os empresários tinham da fábrica. Alguns fatores foram de ordem externa, principalmente se levarmos em conta a influência exercida pelo modelo de fábrica e pelos métodos de atuação empresarial construídos nos lugares onde a Revolução Industrial estava em estágio mais avançado: Europa e Estados Unidos. É o caso da adoção da fábrica manchesteriana, com suas características espaciais e arquitetônicas, suas estratégias disciplinares, seus métodos de organização do processo de trabalho e mecanismos de legitimação da autoridade empresarial. Vários historiadores desbravaram esse terreno e criaram categorias importantes para o propósito de analisar a configuração do universo fabril em outros países<sup>3</sup>. Associado a esses fatores há outros que dizem respeito à própria natureza do trabalho industrial nos moldes capitalistas, onde quer que ele tenha existido. O primeiro deles é decorrência do lugar que os empresários ocupavam no conjunto das relações sociais de produção: a posição de possuidor dos meios de produção e dirigente do processo produtivo. Deve-se considerar ainda, como dito acima, o peso das experiências históricas acumuladas e culturalmente duradouras, no que diz respeito aos sistemas de dominação do trabalho. Não constituem estes, simplesmente, resistências da tradição e obstáculos à implantação das formas capitalistas puras de controle, mas elementos necessários e inerentes, combinações sem as quais as relações capitalistas não se estruturariam.<sup>4</sup>

O que existiu de comum entre o grande proprietário e senhor de escravos, e os primeiros empresários

industriais no Brasil? É uma questão fundamental quando pretendemos compreender as raízes históricas das relações de dominação e de autoridade entre patrões e operários, nos diferentes momentos da formação da sociedade industrial no Brasil.

Alguns registros de início de século transmitem bem a idéia do modo como eram socialmente vistos os primeiros empresários industriais e que expectativas cercavam suas atividades. Algumas representações os celebravam como verdadeiros demiurgos, homens incomuns que detinham o poder de transformar em realidade os sonhos de progresso e “*avanço civilizatório*”, que animavam as noites de setores da recém formada burguesia industrial brasileira. É significativo, a esse respeito, a dedicatória que Antônio Francisco Bandeira Jr. faz ao industrial Antônio Alves Penteadado, na publicação de seus estudos sobre a situação da indústria no Estado de São Paulo:

“Mas em todas as páginas da história do progresso e do engrandecimento de S.Paulo, qualquer que seja o ponto que se refira esse progresso, desde o menor ao mais alevantado, nelas se encontrará o nome, do distinto paulista, assinalando em cada fato o arrojo do seu gênio, a tenacidade do seu caráter e a coragem do seu temperamento; fonte de incentivo e exemplo fecundo aos seus conterrâneos, aos quais demonstrou a verdade do axioma: - pode.

“De velhos pardieiros, surgiram soberbos palácios; de bairros sem habitantes, vilas fabris: o trabalho, a beleza, a arte, a higiene, tudo congregado pelo espírito dirigente de um homem só.

“Negócios cuja complexidade exigiriam a atenção de três ou quatro diretores de sociedade anônimas, são resolvidos a tempo, com rapidez britânica e precisão matemática.

“São dessa ordem os espíritos privilegiados, que passam às gerações tradicionalmente, como seres sobrenaturais.

.....

<sup>3</sup> A rigor, a reflexão acerca das características do sistema fabril e de seus efeitos sobre o trabalho humano vem sendo desenvolvida desde os teóricos da economia clássica, principalmente Adam Smith, passando por pensadores como Tocqueville, Charles Babbage, A.Ure e Karl Marx. A partir de Marx, entretanto, é que se iniciou o estudo do sistema de fábrica como instrumento de subordinação do trabalho, e não simplesmente como reflexo do desenvolvimento tecnológico. Entre os autores recentes que discutem a questão nessa perspectiva, podemos citar, entre outros: Michelle Perrot, Reihard Bendix; Harry Braverman; Eric J. Hobsbawm; E.P. Thompson, Steven Marglin, André Gorz, entre outros.

<sup>4</sup> Segundo Braverman: “Houve mais precedentes imediatos em que se inspirasse o primitivo capitalismo industrial, sob a forma de empresas mercantis, lavouras e estâncias agrícolas.(...) As estâncias agrícolas e lavouras coloniais proporcionavam a experiência de uma rotina supervisora bem desenvolvida”.(Braverman, 1987, p.66.)

“O grande industrial, é o agente que mais eficazmente concorre para a tranqüilidade social, para o bem estar dos povos e para a riqueza pública.

“O acervo que no ramo industrial, ao Estado de S.Paulo legará o século presente, é de tal valor sob todos os pontos de vista, que não errará quem lhe antever o mais brilhante futuro, principalmente, se a indústria tiver apóstolos como o Sr. Antônio Alves Penteado”(Bandeira Jr, 1901, p. IV-V)

Esta celebração esperançosa feita por Bandeira Jr. sintetizava elementos importantes do ideário da burguesia industrial emergente. Legitimava a condição, que ela mesma freqüentemente se atribuía, de condutora do destino histórico da sociedade na qual estava inserida. As transformações em curso na sociedade eram encaradas como meras atualizações do progresso proporcionado pelo controle técnico que esse grupo detinha sobre a produção e sobre a natureza. Sua autoridade se alicerçava no fato de possuir o controle dos conhecimentos científicos necessários para a liberação das forças latentes do desenvolvimento humano, contidas em estado embrionário na realidade. A difusão destes princípios e o modo como eles fragmentariamente impregnaram as representações, mais ou menos “*espontâneas*”, das classes subjugadas, constituem ainda tema para futuras pesquisas, mas não há dúvidas de que revelaram uma fórmula eficiente de as classes dominantes verem reconhecidas sua posição de elites dirigentes, de verem legitimada sua autoridade sobre o amplo contingente de subalternos e de serem elevadas à posição de agentes de nova ordem.

O mesmo Antônio Alvares Penteado, convertido repentinamente em apóstolo do industrialismo e do progresso humano, teve também seus momentos de “*príncipe dos exploradores paulistas*”. Outros olhos testemunharam e narraram sua trajetória. Olhos menos deslumbrados com seus atributos “*sobrenaturais*”, olhos daqueles que sofreram na pele todo o “*arrojo do seu gênio, a tenacidade de seu caráter e coragem do seu temperamento*”. Jornais operários, em 1907, fornecem-nos outros testemunhos:

“E essa insolência atinge suas mais altas proporções no caso do Sr. Penteado, que não quer ao menos discutir com seus operários. Esse falso conde, esse clerical enraivecido, esse autocrata ao duodécimo, depois de haver levado pelo nariz, durante uma dezena de dias, os seus operários, depois que a

polícia se acumpliciou com ele, e esse conde não teve vergonha de insultar os grevistas convidando-os a retornar ao trabalho sem condições e depois de ter demitido três, que não tiveram outra culpa senão a de estar entre os mais conscientes e inamovíveis na resistência” (Pinheiro e Hall, 1981, p.48).

“Sabem como se fazia o bacalhau?”

“Eu sei porque vi o próprio Sr. Penteado fazer um, com suas mãos finas e mimosas de aristocrata pachola.

“Um dia, eu que sou filho de um homem que a necessidade obrigou a ser empregado do Sr. Penteado, passei, de manhã, pela frente do chalet da fazenda, tendo que me dirigir à máquina, onde meu pai trabalhava. A casa tinha duas escadas externas, na frente, que davam no alpendre. Num dos primeiros degraus da escada esquerda, corretamente vestido, como se estivesse para dar um passeio na sua brilhante Campinas, calças de brim branco, muito bem passadas, colete da mesma fazenda e paletó de casimira clara, estava o sr.Penteado, curvado sobre uma tábua, que tinha, pregado por tachinhas, um pedaço de couro de boi, recentemente tirado d’água, onde amanhecera de molho. Com um canivete fino, muito amolado, cortava o Sr. Penteado aquele pedaço de couro cru, fazendo tiras, que depois torcia e pregava na mesma tábua, com preguinhos, gastando meticoloso cuidado. A fita de couro preparada assim, foi ao sol. Depois de bem secas, duras como varetas de aço, as tiras torcidas foram pregadas a um cabo de madeira roliça. Estava pronto o bacalhau, o temeroso instrumento para a aplicação das penas de açoite que o magnânimo senhor decretava sem apelo, conforme a gravidade das circunstâncias”.

.....

“Aquele que era o senhor sem piedade, como todos os senhores de seu tempo, está hoje guindado à galeria dos grandes beneméritos, dos patriotas dignos de aclamação dos povos e da sagração da história”.

.....

“Ninguém se lembrou, entretanto, ao trombetear a fama mundial do grande argentário, de syndicar a vida dos seus operários nas suas inúmeras oficinas,

dos seus escravos atuais, que não lhe dão o trabalho, aliás penoso, de preparar o bacalhau porque estão subjugados pelo garrote da fome, pés e mãos ligadas, à mercê do seu capital soberano” (Pinheiro e Hall, 1981, pp. 168-171).

A descrição detalhada do interesse sádico que o fazendeiro e ex-senhor de escravos, depois grande industrial, dedicava na confecção dos instrumentos de punição, num período anterior à abolição, assim como a descrição dos métodos de exploração que praticava em suas fábricas e da intransigência diante das reivindicações operárias, as quais se recusava a discutir, visavam estabelecer um contraste entre a imagem pública dos proprietários de fábricas, cultivadas pelas autoridades e pela grande imprensa, e sua outra face, constituída a partir das relações cotidianas em suas fábricas e propriedades. Pretendia-se revelar o lado oculto de figuras que, segundo o mesmo artigo de jornal, ocupavam um “*lugar de honra no céu constelado das glórias pátrias*”. Este era o caminho adotado pelos setores mais atuantes do operariado nascente no enfrentamento das estratégias de legitimação da autoridade patronal. Na Primeira República, a imprensa operária acumulou um arsenal de imagens e terminologias específicas a respeito dos elementos mais comuns que compunham o quadro geral da vida operária. “*Vocabulário de insultos*”, como disse Michelle Perrot (1988), que revela muito do que realmente foi o início da industrialização no Brasil. Revela muito da acidentada trajetória percorrida pela consciência operária no processo da sua formação. No discurso militante, palavras como fábrica, habitação, Estado e Patrão, jamais vinham desacompanhadas dos seus “*sinônimos*”: prisão, inferno, galeras, pocilgas, tiranos, algozes, opressores, ociosos e vampiros.

O estudo de Perrot sobre como o operariado francês via seus patrões, chama a atenção para aspectos que podem ser considerados muito próximos do modo como os operários brasileiros encaravam os seus. Em linhas gerais, as visões identificam-se em vários momentos. Passou-se de uma fase em que o patrão era visto como pai e a fábrica como uma grande família, para outra em que predominou uma visão hostil: o patrão como inimigo, como adversário. Tornavam-se os “eles” em oposição aos “nós”. Essa visão foi precipitada pela chegada de contingentes imigrantes, que forçaram a ruptura das relações pessoais e contribuíram para a constituição dos trabalhadores como classe, que experimentava e interpretava, em comum, o processo de sua proletarianização. Esse momento de ruptura

transparecia na agressividade verbal dos jornais operários, tanto na França, como nos informa Perrot, como no Brasil, conforme se pode constatar através da leitura de jornais como “A Plebe”, “A Terra Livre”, “O Amigo do Povo”, “Avanti”, entre outros.

A leitura dos jornais revela o uso intensivo das seguintes expressões: “*Os proprietários deste ergástulo são os Sr. Brito Gomes & Cia., verdadeiros tipos de vampiros...*”, “*Bandidos ! Canalthas !*”, “*Para demonstrar até que ponto levam os SR. Brito Gomes & Cia a sua audaz voracidade de gananciosos, basta olhar a tabela de preços que ali vigora ...*”, “*Pelo que acima expus fica patenteado que a fábrica de fósforos ‘A Paulicéia’ é o covil de vampiros ...*”, “*São os operários que toleram as infâmias destes grandes patifes ...*”, “*Enquanto houver operários que querem tão mal às suas famílias, que até permitem que seus parentes continuem a ser vítimas destes chupadores de sangue humano ... os patrões continuarão exercer sobre eles a sua ação criminosa.*”, “*Desgraçados capitalistas ...*”, “*Estes nojentos exploradores ...*”, “*miserável explorador ...*”, “*esses homens (fazendeiros burgueses), obcecados pelo brilho do ouro não se lembram de que são ‘vampiros vorazes’ que sugam o sangue do trabalhador...*”, “*Toda uma raça de vorazes especuladores ...*” (Pinheiro e Hall, 1981).

Politicamente conservadores, socialmente inúteis e economicamente exploradores vorazes: assim eram encarados os patrões durante a Primeira República. Discurso agressivo, traduzindo formas de lutas não menos violentas, que acabavam por dissimular a fragilidade e a fraqueza do movimento operário nos momentos iniciais de sua constituição. O capitalismo, na maioria das vezes, era concebido como um sistema estruturado a partir do poder pessoal de alguns “grandes” e poderosos e não como algo complexo e abrangente, comprometendo a todos, patrões e trabalhadores. Daí a predominância, nos meios anarquistas, de uma concepção fortemente insurrecional de revolução, processo simples, rápido e muitas vezes espontâneo. Concepção que passaria por um processo de transformação após a fundação do Partido Comunista, em 1922.

É possível identificar, a partir desse período, um esforço mais sistemático no sentido de compreender o capitalismo como um sistema mais abrangente e duradouro, cujo entendimento exigiria um passo analítico para além das simples aparências cuja superação necessitaria de mais do que o “grande dia” (Perrot, 1988, p.90).

O discurso anarquista sobre o empresário industrial aponta para a continuidade senhor/empresário. Quando comparavam os padrões aos antigos senhores de escravos e identificavam na nova ordem traços típicos da antiga, estavam chamando a atenção para essa permanência. Características marcantes da antiga ordem, da sociedade escravista, que apesar das modificações superficiais continuaram atuantes em situações distintas. Esta realidade explicita-se ainda mais quando a transição ocorria sem que os indivíduos fossem substituídos, quando o senhor de escravos transfigurava-se no capitão de indústria, como ocorreu com Antonio Alvares Penteadó e muitos outros.

Grande parte dos registros produzidos no início do século XX são marcados por essa polarização. Os proprietários das fábricas ora são demiurgos, ora são vampiros. Mas o problema não está na opção que temos que fazer entre uma visão e outra das fontes. O desafio maior deve ser o de identificar as condições materiais e históricas a partir das quais essas visões foram construídas.

Sendo assim, devemos interrogar as condições históricas de emergência da grande empresa e do empresário capitalista no Brasil, bem como das suas formas típicas de organização e atuação, no sentido de detectar as vias pelas quais o passado interferiu no presente, ou seja, quais as dimensões e importância da herança senhorial e escravista nesse aspecto específico que é a criação de um certo padrão de uso e controle da força de trabalho nas empresas industriais. Dito de outra maneira, quais as vias e em que grau a concepção de autoridade e as estratégias de sujeição do trabalho, que presidiram as relações entre senhores e escravos e entre senhores e população livre e pobre até o final do séc. XIX no Brasil, afetou decisivamente a natureza das relações entre empresários industriais e trabalhadores livres na sociedade industrial nascente. Trata-se de um problema central quando buscamos analisar os fatores e as características das estratégias de controle social e das formas de legitimação das relações de mando e obediência presentes nas primeiras fábricas brasileiras.

### **As tradições senhoriais de controle social**

Num aspecto o regime de trabalho adotado nas grandes manufaturas e fábricas, surgidas em diferentes

regiões do país a partir de meados do séc. XIX e início do séc. XX, não constituía, propriamente, novidade histórica no Brasil. A rígida concentração do exercício do comando e a subordinação crescente de amplo contingente de trabalhadores semi ou totalmente desqualificados eram características presentes tanto nas atividades industriais, como nas diversas unidades produtivas da economia escravista. Na sua realização histórica diferenças decisivas marcaram um sistema e outro, definindo um conjunto de incompatibilidades entre o escravismo (embora não ocorra o mesmo com a escravidão) e o capitalismo. Num plano mais geral, entretanto, é possível identificar um substrato comum: poucos mandavam em muitos. Situação geradora de demandas evidentes: os que mandavam encontravam-se em permanente desafio de encontrar motivos razoáveis para convencer os outros, os mandados, a conformarem-se com a continuidade dessa relação desigual.

Os objetivos em função dos quais o Brasil foi integrado, enquanto território de economia complementar, no circuito do comércio internacional como peça importante no mecanismo voltado para promover a chamada primitiva acumulação capitalista na economia européia, colocavam limites às formas de organização do processo produtivo que não incluíssem, a priori, as figuras do senhor soberano e o amplo contingente de indivíduos presos a formas compulsórias de trabalho, principalmente na sua forma limite: a escravidão. As determinações originadas das necessidades do desenvolvimento da economia mundial revestiam a escravidão colonial de um caráter impositivo, “natural”(Novais, 1983, pp.57-116).

As necessidades da economia mundial não constituíam, certamente, argumentos capazes de convencer a massa escrava a aceitar passivamente o papel que lhe fora dado representar no Novo Mundo. A dominação senhorial e a sujeição escrava necessitavam de recursos mais imediatos para se perpetuarem, recursos estes buscados tanto no terreno do consenso, como, e principalmente, no terreno da coerção. No terreno do consenso e da ideologia, algumas tentativas realizaram-se apelando para o mito da desigualdade original fundamentando a legitimidade da autoridade do senhor sobre seu escravo. Tal tarefa coube principalmente aos membros da igreja e a história de Abel e Caim exemplifica a natureza étnico-religiosa dos argumentos utilizados.<sup>5</sup>

Segundo Jorge Benci, membro da companhia de Jesus, a origem da escravidão estaria no pecado original.

<sup>5</sup> De acordo com esta história, os homens brancos seriam descendentes de Abel, enquanto os negros descenderiam de Caim, motivo pelo qual os negros, como castigo ao crime original, teriam sido condenados ao cativeiro (Fernandes, 1965).

Em sermões pronunciados no final do séc. XVII e início do séc. XVIII em Salvador, defendia os seguintes argumentos:

“Que sendo o gênero humano livre por natureza, e senhor não somente de si, senão também de todas as mais criaturas, chegasse grande parte dele a cair na servidão e cativoiro, ficando uns senhores e outros servos, foi sem dúvida uns dos efeitos do pecado original de nossos primeiros pais Adão e Eva, donde se originavam todos os nossos males.

“É certo que se Adão perseverasse no estado da inocência, em que Deus o criou, não haveria no mundo cativoiro, nem senhorio; porque no estado da inocência (estado livre de toda a pena e moléstia) não podia haver domínio e senhorio de um homem para com outro homem.

“O pecado, pois, foi o que abriu as portas por onde entrou o cativoiro no mundo...” (Benci, 1977, pp.47-48)

Este modo de encarar a questão não colocava nenhuma espécie de freio à violência extrema característica do regime de trabalho escravo. Nesse sentido, a eficácia destas justificativas junto à população escrava era bastante duvidosa. Outros recursos teriam que ser mobilizados a fim de garantir uma base mínima de consenso e um mínimo de estabilidade para o funcionamento do sistema. Quando Antonil, no início do século XVIII, procurava estabelecer algumas normas de conduta senhorial no trato com o escravo, com a finalidade de tornar mais eficaz o seu controle, visava à manutenção da estabilidade mínima das relações sociais. Aconselhava a doação de concessões por parte do senhor, capaz de amenizar os maus tratos, evitar o surgimento de rancores e sufocar o sentimento permanente de revolta. Aconselhava a realização de “*folgedos*”, de resto o “*único alívio do seu cativoiro*”, a concessão de pelo menos um dia em cada semana para que pudessem plantar os próprios alimentos, o fornecimento de roupas e remédios e, se possível, “*moderar o serviço de forma que não seja superior às forças dos que trabalham*”. Concluía apelando para os sentimentos cristãos dos senhores: “*Como se apresentará no Tribunal de Deus sem esperar castigo do senhor que não der aos escravos farinha, nem dia para plantarem, e obriga-los a trabalhar de sol a sol na roça, de dia, e de noite com pouco descanso no engenho?*” (Andreoni, 1967, p.38).

Excluindo o recurso sistemático da repressão e da violência, a política de concessões constituiu-se numa das poucas iniciativas senhoriais, mais ou menos organizadas, no sentido de legitimar sua autoridade diante dos escravos. As outras iniciativas, como a já mencionada justificativa religiosa, ou ainda a crença muito difundida da ação civilizatória dos brancos sobre os negros bárbaros, não eram, ou eram apenas indiretamente, ideologias voltadas para a cooptação do escravo, que visasse instaurar uma atmosfera de consenso em relação à dominação dos senhores, ou buscasse ocultar as divisões e desigualdades sociais impedindo que a dominação e a exploração fossem percebidas na sua realidade concreta. Sua funcionalidade, como instrumento de dominação, residia muito mais na sua capacidade de cimentar a coesão entre os brancos e impedir o surgimento de fricções comprometedoras no interior dos setores dominantes.

Num primeiro momento, tais crenças e convicções étnico-religiosas constituíram-se numa resposta e numa justificativa cristã para aquilo que se revelava um sentimento de culpa profundamente cristão. Posteriormente, num outro contexto, transformou-se em racionalizações fundadas nos princípios do liberalismo para livrar os novos senhores de um mal-estar essencialmente liberal.

As ideologias raciais visavam antes de tudo convencer os próprios brancos da sua superioridade, mais do que convencer os negros de sua inferioridade. Em função disso, a capacidade de administrar zonas de amaciamento das relações constituiu-se no grande recurso senhorial, onde o escravo finalmente apareceria na posição de principal interlocutor. Esse tipo de prática paternalista consistia basicamente naquilo que Antonil já aconselhava no início do século XVIII, ou seja, a prática, por parte do senhor, de algumas concessões, muitas vezes banais para ele, mas que, em virtude das circunstâncias, adquiriam caráter vital para o escravo. Em troca, o senhor teria o direito de exigir, da parte do escravo, um mínimo de obediência e esforço no desempenho das tarefas produtivas. Tais práticas representava uma tentativa de introduzir na relação entre o senhor e o escravo elementos de afetividade, integrando o escravo como membro permanente da grande família patriarcal. Procurava-se, assim, dissimular, mesmo que imperfeitamente, a realidade do regime de trabalho, em que o escravo era obrigado a produzir muito além do que recebia para viver e reproduzir-se. Procurava-se não só justificar-se a autoridade do senhor e a apropriação do trabalho de um homem por outro, como

também disciplinar o sistema de exploração. Atuava, ainda, como elemento corrosivo da solidariedade entre os cativos, na medida em que os vinculava, através de laços pessoais, à figura do senhor, minando as bases de suas resistências e colocando-os sempre em posição defensiva.

Um conjunto de outros expedientes foram criados. Foi o caso da organização de uma forma nova de organização familiar, a “comunidade negra”. Ou então, no plano religioso, a conversão ao cristianismo mas com grande tolerância para a preservação, muitas vezes dissimulada, das crenças e ritos de origem africana.<sup>6</sup> No geral, entretanto, traduziam a necessidade e a capacidade dos senhores administrarem as combinações sutis entre coerção e consenso. O desafio estava na eficácia obtida pelo processo de socialização do africano recém chegado, trazido pelo tráfico, numa condição nova, de escravo e de negro.

O historiador norte-americano Eugene Genovese, estudando as relações escravista no sul dos Estados Unidos, viu nas práticas paternalistas uma possível arma de resistência dos escravos contra a desumanização implícita na escravidão. Estudando a escravidão no sul dos Estados Unidos, afirma que dialeticamente “*o paternalismo sulista pode ter reforçado o racismo, assim como a exploração de classe, mas também, inadvertidamente, induziu suas vítimas a plasmar sua própria interpretação da ordem social que pretendia justificar*” (Genovese, 1988, p.22). De qualquer maneira, essa resistência não deu origem a uma cultura específica e contraposta à dominação. A resistência manteve-se subordinada às contradições do sistema e nos limites do próprio sistema. Não provinha de fora e contra ele. Genovese diz ainda que o escravo partilhava da cultura de dominação, da ideologia paternalista, o que significa que no escravo havia consentimento. Completa seu raciocínio com a seguinte constatação: “*sua aparente estupidez revelava o reverso da ideologia paternalista, pois, de fato, significava a aceitação da idéia de obrigações mútuas presentes na sociedade tradicional. Quando perceberam que tinham assegurado seu sustento, os escravos curvavam-se à hegemonia da classe dominante e ao mesmo tempo estipulava o preço a ser pago por sua submissão*” (Genovese, 1988, p.464).

O enfoque de E. Genovese analisa o paternalismo nos quadros da sociedade escravista como elemento que sofreu determinações das características globais desta sociedade. Não apareceu como forma de ser histórica da escravidão, mas como dispositivo importante na reprodução deste sistema. O paternalismo foi um complemento ideológico necessário a partir do momento em que ficou constatado que o emprego indiscriminado da força não era suficiente para garantir uma maior produtividade do escravo. O senhor teria sentido a necessidade de criar incentivos positivos, criar mecanismos de obtenção de consentimento e de disposição voluntária para o trabalho.

“A lógica da escravidão requeria que os senhores enfraquecessem o espírito de seus escravos e os transformassem numa extensão de sua própria vontade: objetos que não pensam e não sentem: mas os escravos resistiram à desumanização e por isso os senhores se viram forçados a fazer certas concessões para conseguir o trabalho que desejavam”. (Genovese, 1988, p.477).

Apesar da extrema importância dos elementos apontados até agora, da sua função como meio de legitimação da autoridade senhorial e incentivadores da obediência escrava, não podemos subestimar o caráter decisivo dos elementos coercitivos na tarefa de esclarecer aos escravos quem era dono do poder, quem realmente mandava.

Precisamos, inicialmente, reconhecer a importância mas relativizar a força, a extensão e a sistematicidade dos elementos culturais e ideológicos mencionados acima. Isto porque a lógica da escravidão interpõe uma barreira muito nítida para sua plena eficácia: a natureza irremediavelmente explícita da exploração a que estava submetido o agente do trabalho. Na escravidão, tanto a pessoa do trabalhador como sua capacidade de trabalho pertenciam ao senhor. Todo o trabalho excedente era apropriado sem mediações. Não havia espaço para o sofisticado jogo de aparências, típico da sociedade capitalista, no qual o mercado faz a mediação entre o indivíduo que compra e o que vende a mercadoria força de trabalho. Aqui, o trabalhador aparece

<sup>6</sup> Verificar o trabalho de Ronaldo Vainfas “Ideologia e Escravidão” (1986, pp.33-44). Segundo esse autor, a ideologia embutida nas práticas escravistas podem ser resumidas em três pontos: na “conversão do africano em negro, através da escravidão”; na “disjunção entre o mundo dos brancos e o mundo dos negros”; e as “concessões que viabilizavam a socialização do africano na comunidade negra, subordinada à comunidade branca”. Junto a tudo isso estava a violência

como juridicamente igual ao seu patrão, como dono do próprio destino e em condições de poder negociar o valor do seu trabalho. Aparece como trabalhador livre, mesmo que a liberdade se realize no exíguo espaço entre a privação dos meios de subsistência ou a sujeição ao capital. O trabalhador escravo, ao contrário, não dispunha de espaço para alimentar tais ilusões. Não estando formalmente separado da sua força de trabalho, o regime de exploração a que estava submetido se revelava em todas suas dimensões.

A percepção imediata da violência tornava legítimo o direito de recusa. Isto significa que o sistema de domínio cotidiano seria comprometido caso estivessem ausentes os elementos de força. A repressão foi o recurso fundamental do poder de classe dos senhores sobre a massa escrava. Através dela buscava-se obter a sujeição do escravo em termos de obediência e em termos de utilidade econômica.

Nada mais se esperava do escravo do que sua contribuição puramente física para o projeto da colonização. O seu *“esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor ... A ‘animalidade’ do Homem, não sua ‘humanidade’*” (Prado Jr., 1981, p.272). São expressivos, a este respeito, dois registros. Um revela uma concepção acerca da *“animalidade”* do escravo, e o outro explicita os procedimentos usuais colocados em prática pelos senhores, a partir destas concepções:

“Não se poderia afirmar que eles (os negros) são radicalmente inaptos à civilização, pois mesmo a macacos pode-se ensinar a comer, beber, repousar e se vestir como homens, mas entre todas as espécies de seres humanos descobertas até agora parecem ser os negros os mais incapazes, visto a inferioridade do seu espírito para pensar e agir como os homens, salvo uma intervenção milagrosa da divina providência. Por isso não seria desonroso para uma mulher hotentote ter um orangotango como marido” (Citado por Chiavenatto, 1980, 169).

“No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. Quisera Deus que tão abundante fosse comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada e levantada e com instrumentos de muito rigor” (Andreoni, 1967, p.162).

A maior abrangência dessas práticas, e sua maior eficácia em dobrar a resistência escrava, fazia com que a

dimensão coercitiva extrapolasse qualquer tentativa mais cuidadosa de obtenção de uma adesão consensual. A ênfase nos recursos da força, na dimensão animal do poder, estava inscrita na própria natureza de uma relação transparente de exploração, no qual o agente do trabalho tinha, no nível mais imediato de consciência, a clareza de sua sujeição, da sua condição de cativo. Estava igualmente inscrita na lógica de uma relação transparente de dependência entre aquele que manda e deseja, mas que não pode obter por si mesmo, e aquele que realiza o objeto do desejo do outro, mas que pode também recusar. Antonil já havia percebido o fato no início do séc. XVIII: *“os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”* (Andreoni, 1967, p.159). Aqui o ponto de encontro de vontades opostas é a base do caráter profundamente conflituoso da relação entre o senhor e o escravo. Genovese descreve esta situação da seguinte forma:

“Ao contrário do sitiante, o senhor de escravaria tinha uma fonte especial de sua maneira de ser e mitologia: o escravo. Mais precisamente, ele tinha o hábito do mando, mas não havia mais do que uma autoridade despótica na relação senhor-escravo. O escravo permanecia interposto entre o senhor e o objeto desejado por seu senhor (o que era produzido). Dessa forma o senhor relacionava-se ao objeto desejado somente pela mediação do escravo. O senhor de escravo controlava os produtos do trabalho do outro, mas pelo mesmo processo era forçado a depender desse outro” (Genovese, 1976, p.36).

Exploração transparente do escravo e dependência transparente do senhor, eram estas as bases reais da autoridade senhorial, ora violenta, ora paternal, e da sujeição escrava, ora rebelde, ora “voluntariamente” servil. As ideologias e as práticas sociais incluíam socialmente o escravo na condição do outro, incluíam, portanto, na medida mesmo que excluía. O escravo era o inimigo e a ameaça em potencial à estabilidade da ordem. Mas o escravo era, ao mesmo tempo, o ser diretamente engajado na produção. Era aquele que dedicava todo seu tempo na atividade do trabalho e era o inimigo que trabalhava. Nossa intenção é sugerir que essa realidade contribuiu na definição de concepções e práticas dos senhores de escravos primeiro, e do empresariado capitalista depois,

dentro de uma concepção de terror e intolerância em relação ao agente do trabalho, associado à criação de um universo de socialização e integração dos agentes do trabalho com uma dinâmica que reforçasse os laços de subordinação e dependência. Foi um dos legados do escravismo às relações de classe na sociedade industrial no Brasil e é elemento fundamental para compreendermos as origens históricas das estratégias patronais e das formas de conflito social existentes nesta nova sociedade.

As características das relações entre senhores e escravos, apontadas acima nos seus traços gerais, constituíram experiências prévias que antecederam e afetaram as relações estabelecidas entre patrões e operários, principalmente se pensarmos no processo histórico da constituição de um perfil despótico da autoridade patronal. A importância do recurso da força na manutenção da ordem no trabalho e da paz social, assim como outras formas extra-econômicas de sujeição, contribuíram para o fortalecimento de uma cultura autoritária que perpassava todas as dimensões do social. O reconhecimento da validade dessas experiências marcou a prática dos primeiros industriais, de origem nacional ou estrangeira, no Brasil.

Outro conjunto de práticas de dominação, cuja ênfase recaía sobre as dimensões culturais do poder, teve suas raízes históricas e seus condicionamentos nos laços que uniam os grandes proprietários e as populações livres e pobres. Para garantir sua sobrevivência, essas populações dependiam, direta ou indiretamente, dos favores e da proteção de algum poderoso senhor. O conjunto de práticas, conhecido também como paternalismo, embora tenha, em vários momentos, estruturado as relações entre senhores e escravos, teve por solo *“natural”* de seu pleno desenvolvimento as relações entre senhores e população livre. Diferentemente do paternalismo surgido nas relações escravistas, este se voltava para um contingente apenas marginalmente mobilizado nos setores produtivos fundamentais. Sua sujeição dava-se muito mais em termos de obediência política do que em termos de utilidade econômica, situação que excluía a necessidade de coerção, como fator determinante, preservando a relação paternalista do seu principal elemento de dissolução.

Os setores livres não constituíam contingente homogêneo. Estimados em torno de metade da população no final do século XVIII, dividiam-se basicamente em três grupos. O primeiro era constituído por índios, a meio caminho entre a vida silvícola e a condição de colonos.

Faziam parte ainda deste primeiro grupo os negros fugidos da escravidão e isolados nos quilombos, e até mesmo brancos, que sobreviviam afastados dos centros de maior concentração populacional. Viviam, de um modo geral, a partir de uma rudimentar atividade de subsistência e sem maiores contatos com os circuitos da economia agrárioexportadora. O segundo grupo era composto pelos chamados agregados ou moradores. Seu acesso à terra e a possibilidade de sobreviver dependiam da benevolência e do interesse de algum grande proprietário. Ao terceiro grupo pertenciam os desocupados permanentes: mendigos, vagabundos, indivíduos sem posição definida na ordem social, sem moradia fixa ou ocupação estável vagavam em busca do que se manter, praticando pequenos furtos ou serviços, de acordo com as circunstâncias, e engrossando as fileiras das populações que sobreviviam à margem do circuito produtivo da colônia. Nas palavras de Caio Prado Jr.: *“É a casta numerosa dos ‘vadios’, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o leitmotiv de seus relatórios”*. (Prado Jr., 1981, p.283).

Estes contingentes tinham como característica comum o não engajamento direto nas relações produtivas fundamentais da vida econômica. Não constituíam uma camada de pequenos proprietários independentes, nem tampouco mantinham contratos formais de trabalho com algum grande proprietário. Entretanto, com exceção dos grupos indígenas, era remota a possibilidade de sua sobrevivência em estado de isolamento completo com relação à grande propriedade. Os grupos que compunham a população livre dependiam - em alguns casos menos, em outros mais - dos favores e concessões dos grandes fazendeiros. Na perspectiva da elite escravista, essa população fluida representava poderosa arma na contenção da explosiva rebeldia escrava, integrando aparelhos coercitivos para manutenção da ordem. Para tanto, era preciso forjar mecanismos de sujeição que assegurassem a adesão fiel e voluntária desta população aos interesses gerais dessas mesmas elites. A imposição da autoridade nua e crua através da violência, como ocorria em relação aos escravos, mostrava-se pouco eficaz neste caso. Faziam-se necessárias outras maneiras de garantir sua fidelidade, que não ameaçassem sua aparente condição de livres.

A relação das elites com esses grupos baseava-se no caráter pessoal dos vínculos e no complexo jogo de lealdades e obrigações recíprocas. A desigualdade social e econômica entre os dois sujeitos da relação tendia a transformar a reciprocidade das lealdades em tutela do mais

forte sobre o mais fraco. Enquanto um lado garantia ao outro o acesso aos meios mais elementares de sobrevivência, ao outro ficava reservado a lealdade, a gratidão e a obediência. As relações entre senhores e populações livres foi encarada, por uma interpretação, como o lugar do nexo da vida ideológica no período escravista. Tais relações eram mediadas pelo *favor*:

“Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm”(Schwarz, 1977, p.16).

Assim, o relacionamento com essa população, mais dependente que livre, teria se forjado as noções e os princípios que fundamentaram uma concepção de autoridade diferenciada daquela gestada no interior das relações entre senhores e escravos. Enquanto a efetividade das relações produtivas essenciais era assegurada pelo recurso da força e pelos mais variados mecanismos de coerção física, a autoridade do senhor se impunha livre de maiores justificativas ideológicas. Quando o problema era garantir a adesão e a cumplicidade dos setores livres para um projeto de ordenação social do exclusivo interesse das camadas senhoriais, lançava-se mão de mediações capazes de consolidar a dependência dos que produtivamente desempenhavam um papel secundário, mas tinham na obediência política sua única moeda valiosa de troca.

Essa forma de sujeição e imposição da autoridade é clara nos laços sociais existentes no clã patriarcal, descritos por Caio Prado Jr. como uma das parcelas organizadas da vida colonial. Constituía o clã patriarcal uma unidade econômica, social, administrativa e até mesmo religiosa. Tinha como base o grande domínio rural e reunia desde o proprietário, dirigente soberano, sua mulher, filhos, empregados, escravos e agregados. Todos pertenciam à grande família onde o pátrio poder era quase que ilimitado. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, não eram raros os casos como o de Bernardo Vieira Melo, que, suspeitando do adultério da nora, condenou à morte em conselho de família e cuja execução teria sido completamente ignorada pela justiça (Holanda, 1988, pp.49-50). Nem eram incomuns registros da grande autonomia que gozavam estes senhores em seus domínios, isto é, autonomia econômica, política e religiosa. No processo de sua estruturação, o

grande domínio rural abandonava aos poucos sua condição exclusiva de local da exploração econômica, para a condição de centro da vida social da colônia. O núcleo familiar que nele se organizou, baseado no modelo da antiguidade e nos princípios do direito romano-canônico, reduzia seus membros a um vasto corpo comandado pela vontade soberana do patriarca. Esta era a posição de maior prestígio e reconhecimento social, equivalente ao título de fidalguia na metrópole, na medida em que possibilitava um estilo aristocrático de vida, reunindo riquezas, poder, autoridade e tradição.

Relações pessoais, aceitação passiva da autoridade revestida de uma imagem paternalista e legitimada por princípios calcados no universo religioso, tutela amistososa, infantilização dos dominados, diluição dos conflitos a partir da construção de uma unidade familiar, eis os elementos centrais da concepção de autoridade que surgiu do grande domínio rural e da família patriarcal e que, de certo modo, afetou as relações sociais mais complexas e abrangentes para além do grande domínio e para além do período colonial e escravista. No início do século XIX, os princípios que ordenavam a vida doméstica transformam-se em ciência do bom governo nas obras de José da Silva Lisboa:

“O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade... Quanto mais o governo civil se aproxima a este caráter paternal e forceja por realizar essa ficção generosa e filantrópica, tanto ele é mais justo e poderoso, sendo então a obediência a mais voluntária e cordial, e a satisfação dos povos a mais sincera e indefinida”(citado por Holanda, 1988, p.53)

Essas noções, heranças duradouras do passado colonial e escravista, estão na base das ideologias autoritárias que dominaram o cenário intelectual brasileiro a partir do século XX. Obras como a de Oliveira Viana, Alberto Torres, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Miguel Reale, entre outros, reafirmavam a incapacidade desta multidão amorfa e gelatinosa, que compunha a população brasileira, de gerir o próprio destino. Daí a necessidade de um grande líder, um condottieri, um “*estadista de gênio*”, como foi chamado Getúlio Vargas, capaz de desempenhar o papel de patriarca da grande família

nacional, ao mesmo tempo autoritário, benevolente e precursor mítico da organicidade do povo, do Estado e da nação.

Estão na base também de muitas das iniciativas filantrópicas dos empresários industriais no início do séc.XX, como Jorge Street, Matarazzo, Rodolfo Crespi e Pereira Ignácio. Deram origem à figura do “bom patrão”, responsável pela vida de “seus” empregados e suas famílias. Relação essencialmente paternalista que se converteu em forma consciente e racional de exploração da força de trabalho, e em mecanismo voltado para legitimação da autoridade e do controle patronal.

Quando a atividade industrial deu seus primeiros passos, quando se iniciaram as instalações das primeiras unidades fabris na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, quando começaram a surgir os primeiros problemas relacionados à direção e organização do processo produtivo e gestão da força de trabalho, foi justamente naquelas experiências acumuladas e nas formas de relacionamento entre a minoria que manda e a maioria que obedece que os primeiros empresários buscaram inspiração para o desempenho das suas funções. O caráter despótico que a organização manufatureira e fabril atribui aos postos de comando foi levado ao ponto máximo, numa atmosfera cultural transigente com a violência e com a exploração brutal em relação aos agentes do trabalho.

Duas concepções de autoridade e controle compõem esta experiência herdada: a concepção originada a partir da relação entre senhores e escravos e aquela originada a partir da relação entre senhores e população livre e pobre. A primeira caracterizada pela violência e pela exploração aberta, transparente, sem meias palavras; pela imposição da vontade do senhor a partir da força, pela exclusão do caráter humano do explorado; pela vigilância policial permanente, disciplina militar e domínio quase que absoluto dos estímulos negativos; pela justificativa do trabalho cativo pelo próprio cativo; pela justificativa do poder do senhor pelo fato de ser ele o senhor. Relação essencialmente conflituosa e amenizada, em certas circunstâncias, por algumas concessões do senhor, em troca de uma maior “dedicação” do escravo.

A segunda concepção, caracterizada por basear a relação de autoridade nos contatos pessoais, afetivos, de amizade, apadrinhamento e favor. Tudo ocorrendo como em família, entre pai e filho, cabendo a um o exercício da autoridade e ao outro o da obediência. Benefícios materiais sustentavam a relação, mas não apareciam como fundamentais. A relação não era puramente econômica, presidida pelo cálculo racional de custos e benefícios. Na

sua forma mais aparente, simbólica, revestia o ato com o sentido da dádiva, como a doação gratuita em função da generosidade daquele que manda. Criavam-se vínculos e forte sentimento de obrigações recíprocas, desdobrando-se em condição de dependência. Nessa relação, o pólo dominante determinava o que era melhor para o pólo dominado, traçando as linhas do seu destino e ditando as regras do seu comportamento, estimulando-os a obedecer e ser grato. (Mauss, 1974)

Constituíam-se dois padrões de legitimação da autoridade que podem ser chamados de tradicionais, mas que permaneceram dando o tom geral do relacionamento entre classes sociais. Com o regime de trabalho escravo abolido e as relações de dependência pessoal amenizadas pelo papel que a impessoalidade do mercado passava a desempenhar na resolução dos desequilíbrios sociais, o saber despótico e paternal assumiu formas renovadas e inéditas, acomodou-se à nova realidade e continuou orientando as práticas dos grupos dirigentes sempre que se defrontavam com os problemas oriundos da necessidade de comando e domínio sobre os pobres, sobre os trabalhadores, sobre o povo.

## O Empresário Industrial no Brasil

O perfil clássico do empresário empreendedor, no contexto de uma ordem capitalista, foi definido da seguinte forma por Joseph Schumpeter:

“A função do empresário é reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, da maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma forma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimentos de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante... Colocar em prática estas inovações é difícil e constitui uma função econômica peculiar, em primeiro lugar, porque estão fora das tarefas rotineiras que todo mundo entende e, em segundo lugar, porque o meio exterior apresenta uma resistência multiforme (...) A ação confiante (...) exige qualidades que estão presentes em apenas uma pequena parte da população e que definem tanto o tipo do empresário como sua função. Essa função,

aliás, não consiste essencialmente em inventar coisa alguma ou criar condições que a empresa explore, mas em conseguir resultados”(Schumpeter, 1961, pp.166- 167).

Segundo o autor, esse empresário surgiu na fase de consolidação do capitalismo, principalmente durante o séc. XIX, e foi tornando-se mais raro na realidade industrial do séc. XX. Aqueles indivíduos cuja natureza humana, personalidade, força de vontade, liderança e “*intuição genial*” tornava-os semelhantes aos guerreiros feudais e a generais do porte de Napoleão, foram substituídos por comissões e equipes, em empresas cada vez mais despersonalizadas e automatizadas. A definição schumpeteriana do perfil do empreendedor traz implícita as idéias de inovação, de ousadia, de risco e de excepcionalidade como características centrais da sua ação. O empresário representaria o indivíduo que escapa da rotina e aposta na sua capacidade de se opor ao curso acomodado das coisas. Age sobre o mundo e o transforma, revoluciona o mundo da economia e é o demiurgo do próprio destino. A definição reveste de tonalidade científica muitos dos elementos que compunham a auto-imagem cultivada pelos empresários, cujo exemplo brasileiro encontramos no texto de Bandeira Jr.. A definição schumpeteriana buscava dar conta do perfil do empresário europeu, precisamente o inglês, país onde seu reconhecimento, em ambiente muitas vezes hostil, dependeu de lutas insistentes, de lutas contra a resistência de comerciantes, artesãos, manufatureiros e de todos os setores identificados com os velhos métodos de produção e com as estruturas instituídas de poder (Bendix, 1966).

O contraste dessa caracterização com as peculiaridades do empresariado brasileiro aflora quando constatamos seus principais traços constitutivos. A dependência em relação ao Estado é o primeiro deles. No início do século XIX, através do alvará de 1. de abril de 1808 e de 28 de abril de 1809, D.João eliminou os obstáculos colocados pelo regime colonial estabelecendo nova orientação para as atividade industriais. Com a facilitação da importação de matérias primas, o incentivo à invenção de novas máquinas, a isenção de impostos a exportação de produtos e a concessão de empréstimos a vários empreendimentos manufatureiros, instituiu a tutela estatal

sobre a atividade industrial, justificando-a com o seguinte argumento:

“...o meio mais conveniente para promover a indústria de qualquer ramo nascente e que vai tomando maior aumento pela introdução de novas máquinas dispendiosas, porém utilíssimas, o conferir- se-lhes algum cabedal que anime o capitalista que empreende promover uma semelhante fábrica, vindo a ser essa concessão um dom gratuito que lhe faz o Estado”.<sup>7</sup>

A história da formação da burguesia industrial no Brasil esteve profundamente marcada pelo atrelamento e pela dependência em relação aos favorecimentos e às concessões das elites governantes. Tal proteção deu-se através de medidas de ordem econômica: políticas tarifárias e cambiais, poupando da concorrência estrangeira parcelas do mercado interno; controle da importação de maquinismos, facilitando através da isenção de impostos, ou restringindo, de acordo com interesses de grupos específicos.<sup>8</sup> Em outras circunstâncias, a proteção ocorreu através de medidas de caráter político e policial: a organização do mercado de trabalho pela legislação trabalhista; o cerco policial e institucional às manifestações de resistência operária; a elaboração dos mecanismos ideológicos de controle social, idealizadores de uma “paz social” adequada à livre expansão do capital.

Nesse contexto, os elementos de risco inerentes às atividades desempenhadas pelo empresário industrial no seu perfil clássico encontravam-se bastante amenizados. No Brasil, em geral, ele não atuou em oposição aos traços coloniais, inscritos tanto nas estruturas econômicas como na mentalidade e nos hábitos de comando e organização daquilo que era considerado seu “*negócio privado*”. Pelo contrário, incorporou, com grandes vantagens, esses elementos tradicionais e transformou sua fábrica em espaço onde, conforme o aviso freqüente nos portões de entrada: “*não é permitido a entrada de estranhos sem autorização*”. Na fábrica, a vontade do proprietário tinha força de lei, fato traduzido nas normas de regulamentação do espaço, do trabalho e da vida no interior destes estabelecimentos. A intervenção do Estado e das organizações operárias limitavam-se a questões superficiais e efetivavam-se, desde que não atentassem contra o princípio liberal da “*liberdade de trabalho*”. Princípio

<sup>7</sup> Alvará de 28 de abril de 1809, citado por Luz (1978,p.21).

<sup>8</sup> Como fica evidente no decreto que limitou as importações de máquinas destinadas ao setor têxtil entre 1931 e 1937, medida que beneficiou principalmente os grandes industriais do Rio e São Paulo, que desempenhavam papel de destaque nas associações classistas e possuíam representantes bem colocados no governo. Verificar a este respeito Stein (1979).

orientador da ação empresarial na direção e organização do seu negócio particular.<sup>9</sup>

O empresário industrial no Brasil tampouco arriscou seu capital contra a certeza de êxito ou superou os hábitos arraigados na sociedade. Não trocou o “*certo pelo incerto e sim o certo pelo absolutamente certo*” (Martins, 1986, p.107). Acomodou-se às regras do jogo e procurou tirar o melhor proveito possível dessa situação. Aplicava seus recursos principalmente em setores que garantiam realização de altos lucros em curto espaço de tempo, com poucas exigências para sua instalação. Daí a predominância de investimentos na produção de bens de consumo não-duráveis, como alimentos, têxteis, calçados, entre outros. Os investimentos variavam ao sabor das circunstâncias econômicas, sem maiores preocupações de assumirem a direção destas circunstâncias, no sentido de transformar as estruturas econômicas e colocarem-se no centro de um processo de mudanças radicais. Somente a partir dos anos 30 uma nova geração de industrialistas começou a esboçar um projeto de ordenação da sociedade em função dos interesses da indústria, tendo em Roberto Simonsen seu principal mentor.

Antes deste período, atuaram como co-participantes do projeto das elites agrárias, das quais muitos se originaram socialmente e com as quais a maioria se identificava. Como sugere Boris Fausto, em estudo sobre a participação da burguesia industrial nos acontecimentos políticos de 1930, seria falso constatar uma “*inteira convergência de interesses*” e “*negar a existência de disputas entre o setor agrário e o industrial das classes dominantes ao longo da Primeira República*” (Fausto, 1986, p.45). Da mesma forma que a identidade entre os dois setores não pode ocultar as divergências ocasionais, as disputas e os desencontros não podem desviar as atenções para a verdadeira comunhão de interesses. Os registros que reafirmam a identidade são mais freqüentes e explícitos. Mesmo na defesa de alguns interesses específicos da classe, os industriais evitavam as possíveis rupturas e trilhavam o caminho da conciliação. Não foram raros os momentos em que, ameaçados por políticas estatais contrárias aos seus interesses, apelaram para argumentos que reafirmavam sua importância na manutenção da normalidade econômica e social, justificando, por um lado, sua existência e a necessidade de amparo estatal, colocando-se também numa posição de apêndice do setor principal da economia: o agrário-exportador.

Com relação a posição acessória do setor industrial, durante largo período de sua história no Brasil, faz-se necessário um curto parêntese. Três tipos de registros e de argumentos deixavam claro o caráter complementar da atividade industrial. O primeiro deles esteve presente na própria elaboração dos alvarás do século XIX que estabeleciam a “*liberdade industrial*” no Brasil. De acordo com as idéias de José da Silva Lisboa, tido então como o responsável pelos princípios contidos nos alvarás, não interessava naquele momento incentivar a instalação de indústrias que pudessem concorrer com produção de artigos finos importados da Europa. Pretendia-se incentivar a instalação de um tipo de indústria que agilizasse a produção do setor fundamental, a agricultura. Nas suas “*Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*”, defende a idéia de “*as fábricas que por ora mais convém no Brasil, são as que proximamente se associam à agricultura, comércio, navegação e artes da geral acomodação do povo*” (Luz, 1978, p.22). Nesse sentido, o tratado comercial de 1810, estabelecendo um regime de livre comércio com as “*nações amigas*”, não entrava em contradição com os alvarás de 1808 e 1809, mas determinava seus verdadeiros limites e corrigia as distorções que eventualmente poderiam provocar (Luz, 1978, pp.19-48). Os objetivos perseguidos pelo Estado implicavam na limitação das atividades industriais no âmbito da atividade agrícola, como atividade dependente e complementar.

Estes objetivos estiveram presentes também na base de criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), em 1827. “*Para lavrar a terra é necessário instrumentos técnicos, fruto da indústria*”. Esta era a “*indústria nacional*” que a Sociedade pretendia auxiliar. O objetivo estava claramente exposto nos discursos de seus idealizadores, nos estatutos da sociedade, no conteúdo dos artigos que compunham seu principal órgão de divulgação (a revista “*O Auxiliador da Indústria Nacional*”), nas atividades que organizavam e nos cursos que ministravam. A indústria era valorizada como uma atividade importante mas complementar aos interesses maiores da atividade agrícola, verdadeira vocação da economia brasileira (Carone, 1978).

O segundo e o terceiro argumentos assumiam a defesa da atividade industrial no sentido mais amplo, como

<sup>9</sup> Para os empresários industriais dos anos 20 e 30, a “*intervenção estatal... não deveria provocar perturbações profundas ao desenvolvimento do comércio e da indústria, quer onerando-os..., quer destruindo direitos e liberdades necessário à conservação e expansão da iniciativa privada*”. E que as “*medidas no campo da regulamentação do trabalho deveriam observar um gradualismo e uma oportunidade, capaz de não precipitar acontecimentos e sim consagrar práticas já conhecidas e utilizadas nas fábricas*” (Gomes, 1979).

setor independente com problemas e interesses específicos, não contestando, entretanto, a hegemonia do setor agrário-exportador. Traduziam o pensamento de um grupo que lutava pelo alargamento dos espaços de atuação da indústria e por um mínimo de proteção expressa numa política tarifária, capaz de reservar parcelas do mercado interno para os fabricantes nacionais em detrimento da produção estrangeira. Os principais articuladores desta proposta se reuniram e fundaram, em 1880, a Associação Industrial, dirigida então por Felício dos Santos, formando a “*primeira geração de industrialistas*”. Vieira Souto, Serzedelo Correia, Vasco Cunha, Amaro Cavallanti, Jorge Street e outros faziam parte desta geração (Carone, 1977, p.6).

Na opinião de alguns dos integrantes desse grupo, como Amaro Cavallanti, a indústria encontrava-se na sua fase de minoridade, incapaz, portanto, de conduzir-se pelas próprias forças. Era preciso que o Estado assumisse sua paternidade oferecendo “proteção e amparo”. Justificando tal tratamento estava o argumento de que a atividade industrial constituía-se na única fonte legítima de riqueza e meio efetivo de garantir a soberania nacional. Advogava claramente a idéia de que o Estado deveria incorporar a indústria na sua estratégia de fortalecimento diante das nações estrangeiras, deveria, através da diversificação da economia,

“Tornar-se independente do estrangeiro, dispensando-se de comparar-lhe produtos, a respeito dos quais, é de supor, aquele acabaria por adquirir o monopólio, depois de haver arruinado a indústria nacional.

“Nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz nas suas relações... Sem a condição essencial de possuir riqueza sua própria... O povo, onde assim não sucede, mostra-se por isto mesmo incapaz de bem-estar e progresso aos olhos do mundo civilizado; e daí a pouca consideração, com que será tratado pelos outros povos, todos os quais cada dia redobram de esforços para adquirir ou aumentar os fatores da riqueza e consequentemente engrandecimento”.<sup>10</sup>

Cabia à indústria mais que uma função meramente econômica. Sua função política e estratégica era fundamental no cenário da economia internacional,

permitindo a redução da dependência do Brasil em relação ao mercado externo e fortalecendo seu poder de barganha nas negociações envolvendo a produção agrícola. Também aqui a atividade industrial aparecia como complementar, como subordinada a um projeto que não era o seu, garantindo sua própria sobrevivência, mas contribuindo para a manutenção de uma estrutura que contrariava seus interesses específicos e que boicotava sua plena expansão.

O terceiro argumento, defendido por esse mesmo grupo de industrialistas, enfatizava também aspectos políticos e estratégicos da indústria, não mais no que dizia respeito às questões relativas à dependência do Estado nacional com as nações estrangeiras, mas relativas à sua estruturação e ao seu poder no plano interno, no espaço nacional. O argumento chamava a atenção para a necessidade de manter ocupadas as populações urbanas, impedindo que fossem condenadas “*ao parasitismo e à miséria com prejuízo da riqueza nacional e da ordem pública*”. Apresentava a indústria como poderosa aliada do Estado na instauração de uma “*paz social*” duradoura. Os textos básicos defensores desta posição encontram-se publicados sob o título: *O Trabalho Nacional e seus Adversários*. Reúne, além do manifesto da Associação Industrial (fundada em 1881), escrito por Felício dos Santos, outros textos significativos já publicados n’*O Industrial*, órgão de divulgação da entidade. A industrialização, nesses textos de propaganda, foi concebida como meio eficaz de impedir o surgimento da questão social no Brasil, na medida em que o trabalho fabril exercia uma pressão moralizadora sobre a população urbana pobre e desocupada. O trecho transcrito abaixo aponta exatamente essa dimensão disciplinadora com que o trabalho industrial foi investido e as alternativas oferecidas ao Estado no exercício de controle social:

“É uma verdade axiomática - que as nações gozam de tanto maior paz interna, quanto menores são as necessidades do povo e quanto mais moralizado ele é.

“Ora, que melhor e mais forte elemento para moraliza-lo do que o trabalho?

“Nas fábricas, que são em miniatura a representação dos estados, o operário está sujeito a uma disciplina rigorosa que vai inoculando em seu espírito idéias de ordem e o hábito da obediência e respeito aos superiores.

.....

<sup>10</sup> Amaro Cavallanti - Elementos de Finanças , apud Luz (1978, p.73-74)

“Educado nesses princípios, o operário transmite-os a seus filhos, implanta no seio da família a mesma ordem e regularidade que aprendeu na oficina, e na sua vida de cidadão respeita as autoridades constituídas, como na de operário respeita seu patrão.

“Ninguém dirá que cidadãos educados no respeito e obediência aos superiores lembrem-se de perturbar a ordem pública; que homens, com recursos suficientes para satisfazer as necessidades indeclináveis da vida, se abalancem à prática de crimes contra a vida, honra e propriedade de seus concidadãos.

“Formai a consciência do povo, fazei com que conheça seus direitos e deveres, dai-lhe meios de subsistência, ou em palavras - povoai as fábricas e oficinas e despovoarei as prisões.

.....  
 “É pois incontestável que o trabalho é o único dique a opor aos desmandos do povo, e o processo eficaz para contê-lo nos limites das conveniências morais e sociais” (Associação Industrial, 1881, p.127)

A fábrica e o trabalho fabril foram oferecidos ao Estado como meios pelos quais seria possível viabilizar o sonho político de uma sociedade disciplinada. Concebida como um laboratório do exercício do poder, as normas disciplinares vigentes no interior da fábrica, o trabalho contínuo, organizado e metódico, o cumprimento de horários pré-estabelecidos, o esquadramento racional do espaço, os métodos de sujeição e manipulação dos corpos, dariam origem a hábitos de ordem e respeito às hierarquias. “Fabricariam” corpos submissos, em termos políticos de obediência, e exercitados, em termos econômicos de utilidade (Foucault, 1987, p.127). Os membros da Associação Industrial propunham a apropriação, pelo Estado, de uma experiência e de um saber polivalente nas suas aplicações, útil no controle dos operários e direção da fábrica e que serviria igualmente para o controle de toda a sociedade.

A natureza complementar da atividade industrial transferiu-se para o grupo social que a sustentava. Os industriais não constituíam, propriamente, um grupo à parte, excluídos da esfera do poder. Havia realmente uma comunidade de interesses e origem, além de uma

perspectiva de evolução social comum entre a aristocracia agrária e a incipiente burguesia urbana. A luta desses grupos foi sempre pela incorporação da indústria aos esquemas de sustentação do poder e não pela incorporação do grupo social, de resto já pertencente às classes dominantes. Apesar da existência de disputas pontuais e de acusações recíprocas entre setores industriais e agrários, em função principalmente dos favores do Estado, a identidade dos interesses sempre falou mais alto. Para Florestan Fernandes existia uma comunidade de interesses econômicos, embora não fosse esse o fundamento material da comunidade política. A base dessa relação provinha de um forte condicionamento da ordem social escravista e senhorial, produzindo a identificação dos estratos sociais vinculados ao alto comércio com as estruturas de poder existentes. Nesse sentido, não se configurava historicamente a existência de uma burguesia plenamente integrada e consciente de seu destino histórico, que pudesse afirmar-se portadora de uma consciência especificamente revolucionária. A história mostrava o inverso disso. Os grupos que comandavam as atividades urbanas pretendiam uma evolução com a aristocracia agrária e não contra ela (Fernandes, 1975, p.186).

Os primeiros industriais, assim como a burguesia cafeeira, traziam inscrito no seu modo de ser e de ver o mundo, na forma como dirigiam seus empreendimentos e se relacionavam com seus subordinados, a marca do senhor de escravos, ao mesmo tempo em que a do empresário capitalista. A ordem social escravista e senhorial não era hostil à figura do empresário, nem o rejeitava por princípio. Apesar das suas peculiaridades, ela também se organizara, tendo por objetivo principal a obtenção de lucro a partir de uma produção voltada para o mercado. Embora os setores dedicados à produção agrícola tenham construído uma auto-imagem na qual prevaleceram os traços da nobreza tradicional ou de uma verdadeira aristocracia rural (o desprezo que cercava o trabalho manual e os ofícios mecânicos em geral), esses setores constituíam, na realidade, uma camada social em permanente contato com o mundo do mercado. Diferente da autêntica nobreza senhorial, viviam envolvidos como os mais diversos problemas colocados pela produção e circulação de mercadorias, pelos métodos de produção, pelas questões relacionadas à flutuação de preços no mercado internacional, aos custos de produção, compra dos escravos, etc... Fernando Novais caracteriza o perfil dos membros deste grupo levando em conta esta dupla determinação, afirmando a importância de se considerar o colono como sendo, ao mesmo tempo, as duas coisas, ou

reunindo as duas faces: senhor e empresário... Na própria realização do estilo senhorial de vida, o colono já se defrontava com o mercado, pois sendo o escravo uma mercadoria, sua aquisição ocorria na órbita da circulação. De acordo com Novais: “*a posse de escravos era critério de status e possibilidade de estilo senhorial de vida, a sua aquisição envolvia penetrar no mundo das relações mercantis: as duas faces são, pois, como o anverso e o reverso da mesma moeda, e esta nos parece uma peculiaridade da formação social da colônia.*” (Novais, 1979, p.58-59)

Embora não fosse possível identificar nessa ordem social a existência de uma mentalidade empresarial capitalista, no sentido da racionalização do processo econômico, era possível encontrá-la no sentido das motivações e aspirações ao lucro, o que, por si só, não define o capitalista, mas constitui um dos seus elementos fundamentais. A convivência entre traços senhoriais e a perspectiva de vida aristocratizante, com práticas burguesas na condução dos negócios, era mais nítida nos fazendeiros paulistas, produtores de café. Neste grupo, ao contrário dos senhores de engenho no período colonial, em que a dimensão senhorial pesava mais na definição do seu comportamento e modo de vida, nos cafeicultores paulistas estabeleceu-se um equilíbrio entre uma dimensão e outra. Suas atividades foram além da simples plantação do café. Envolveram-se no comércio de exportação e importação, na fundação dos primeiros bancos em São Paulo, financiando novas plantações e compra de equipamentos, participaram da criação dos primeiros estabelecimentos industriais e da fundação das primeiras ferrovias (Cardoso, 1960).

A análise da vida de algumas figuras de destaque, como Antonio da Silva Prado, exemplifica as atividades em que estavam envolvidos. Foi modelo do fazendeiro-empresário, possuidor de grandes extensões de terras, produtor e exportador de café, acionista e presidente da Campanha Paulista de Estradas de Ferro, ministro de Estado, diretor da Vidraria Santa Marina, diretor de banco, além de outras ocupações.

Vários empreendimentos industriais, muitos deles ligados ao setor têxtil, deveram sua origem a indivíduos enriquecidos pela lavoura de café, ou mesmo de algodão. Nesses casos, a atividade industrial foi encarada como forma de valorizar a produção agrícola. Assim ocorreu com a instalação de várias fábricas de tecido na segunda metade do século XIX no interior de São Paulo. Por exemplo, a

Fábrica São Luiz em Itu, fundada em 1869 e tendo cinco membros, dos sete que formavam a sociedade, ligados à lavoura de café ou algodão. O mesmo ocorreu com a fábrica de Diogo Antônio de Barros, fundada em 1874 na capital. O pai do proprietário, Capitão Antônio Pais de Barros, Barão de Piracicaba, foi um dos pioneiros no cultivo do café em São Paulo e participou da sociedade que construiu a Fábrica São Luiz em Itu. Vários outros estabelecimentos têxteis foram fundados nas últimas décadas do séc. XIX em cidades como Jundiá (Fábrica Jundiáiana), São Luiz do Paraitinga (Fábrica Santo Antônio, 1875.), Piracicaba (Fábrica Santa Francisca de Piracicaba-1875), Americana (Fábrica Carioba), além de Salto, Tatuí, Itu e na própria capital, São Paulo.<sup>11</sup>

Os cafeicultores participaram de vários outros empreendimentos relacionados à indústria, como cortumes, moinho de milho, serrarias, fábricas de cal e cimento, tijolos, cerâmicas, vidraria, enlatamento de carnes, etc. As relações entre o café e a indústria, porém, foram muito além destes exemplos escolhidos aleatoriamente. No momento, interessa-nos apenas chamar a atenção para a diversidade de investimentos do capital cafeeiro e o fortalecimento de uma postura capitalista diante das atividades econômicas e as bases materiais da comunidade de interesses entre os primeiros empresários industriais e grupos que os precederam.

Complementando este quadro, pode-se afirmar que a diversidade de investimentos não foi privilégio do capital cafeeiro. Numa economia com fraco grau de desenvolvimento capitalista, mas caminhando a largos passos nessa direção, a atividade industrial tornou-se campo de investimentos, não de um grupo específico e autônomo, mas de capitais oriundos das atividades já consagradas em busca de oportunidades alternativas, novas formas de fazer ou ampliar riquezas. Caracterizava-se uma situação em que a divisão social do trabalho, entre indústria e agricultura, não se personificando em classes sociais distintas e opostas, criava um contexto em que um grupo mais ou menos homogêneo circulava nas diferentes áreas da atividade econômica. Os exemplos deste fato são muitos. Significativa foi a já mencionada construção de fábricas de tecidos na Bahia, em meados do século XIX. Iniciativa de ricos comerciantes, envolvidos no financiamento e na exportação da produção açucareira, suas fábricas voltavam-se para as necessidades criadas por esse mesmo comércio.

<sup>11</sup> 10 Ver entre outros Nardy Filho (1949); Ribeiro (1988) e Dean (1971)

Na criação da fábrica de tecidos “Todos os Santos”, na cidade de Valença em 1844, o capital inicial teria surgido das atividades de grandes comerciantes e organizada por um engenheiro norte-americano, naturalizado brasileiro. Em termos técnicos, como já foi mencionado, a Fábrica “Todos os Santos” continha traços de modernidade, em alguns aspectos similares ao modelo norte-americano, com emprego de maquinismos em diversas etapas do processo produtivo, como esfarrapadeiras, cardadeiras, maçarqueiras, máquinas de torção e separação de mechas para a fição<sup>12</sup>. Opondo-se a esses aspectos modernizantes, expresso no emprego de máquinas sofisticadas e nos métodos de organização do processo produtivo, grande parte do excedente era extraído a partir do emprego de mecanismos extra-econômicos. Embora empregasse indivíduos livres, na sua maioria mulheres, não havia pagamento de salários. De um modo geral, a fábrica era concebida como um grande reformatório, um convento ou uma instituição de caridade. Os trabalhadores eram recrutados entre a população pobre e entre os órfãos do seminário local. Como forma de pagamento pelos serviços prestados eram oferecidos moradia, alimentação no refeitório da fábrica, instrução, assistência médica e religiosa, além de outros serviços visando preencher as poucas horas de lazer que restavam após jornadas de trabalho de 12 ou mais horas de trabalho.

O caráter dessas iniciativas não se ligava a uma vocação industrialista precoce. Apresentava-se como fruto de oportunidades conjunturais. Os proprietários da fábrica “Todos os Santos” estavam envolvidos, como vimos, numa multiplicidade de outros negócios, como tráfico negreiro, comércio de moedas de cobre falsificadas, a produção e comercialização de açúcar, fundação de banco, companhias de navegação, compra e venda de terras, etc. Envolveram-se, ainda, na criação de outras fábricas, mas não sendo essa sua única e nem mais importante atividade e ao menor sinal de crise e de inviabilidade do projeto, abandonavam tudo sem nenhum constrangimento para se envolverem em empreendimentos mais vantajosos. Seguiam um impulso predominantemente aquisitivo, próprio da mentalidade mercantil do período. Enquadravam-se mais no perfil definido por Weber como “*o aventureiro capitalista*”, cujos empreendimentos possuíam um caráter essencialmente especulativo, completamente diferente daquela “*organização capitalística racional assentada*

*no trabalho livre*” em busca da rentabilidade (Weber, 1973, p 1 e sgts).

O exemplo desses empresários baianos é importante pois ilustra a grande circularidade dos investimentos, não importando seu caráter legal ou ilegal, pois a legitimidade dos negócios tinha sua única fonte na realização de altos lucros. Mostra também a harmonia entre aspectos modernizantes e tradicionais, sem que um constituísse obstáculo para a realização do outro. Os modernos métodos de produção, as modernas máquinas e a ideologia tradicionalista da família patriarcal ajustavam-se dando origem a um mecanismo de produção e controle eficaz. Exemplifica o lento o processo de formação de um grupo social especializado nas atividades industriais e identificados com os interesses específicos deste setor. A chegada de burgueses imigrantes acelerou o processo, mas não o completou totalmente. As heranças da ordem social escravista-senhorial marcaram de maneira duradoura o modo de ser e de ver o mundo da burguesia industrial no Brasil.

Fatores diversos terminaram por inviabilizar o surgimento do empresário demiurgo, do empresário schumpeteriano, inovador e insaciável: a natureza complementar da atividade industrial; a comunhão de interesses entre comerciantes, industriais e aristocracia rural; a extensão do manto protetor do Estado, cujo auxílio revelava-se fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento de natureza econômica; a permanência de uma atmosfera cultural onde predominavam valores e hábitos de uma elite senhorial, dividida entre o mundo do mercado e o mundo fechado da fazenda, atmosfera que envolvia inclusive os contingentes imigrantes que, no processo da sua ascensão social, terminavam por adotar o mesmo quadro referencial e o desejo de seguir os caminhos da nobilitação.<sup>13</sup>

Não foram poucos os historiadores, economistas e sociólogos que destacaram a subordinação genética da burguesia industrial e sua limitada independência em relação aos setores rurais, ao Estado e também ao capital financeiro internacional<sup>14</sup>. O problema central, entretanto, não está na cobrança de um comportamento e uma visão de mundo considerada como clássica, na forma como ocorreu em outros países, onde o empresário capitalista

<sup>12</sup> 11 V.f. Hardman (1984, p.33-34); Stein (1979, p.42,55).

<sup>13</sup> Para uma abordagem assumidamente schumpeteriana do papel do empresário no desenvolvimento econômico brasileiro, ver principalmente Pereira (1964); (1974).

<sup>14</sup> Ver a esse respeito os seguintes trabalhos: Queiroz e Evans (1977); Pereira (1975); Fernandes (1975); Leme (1978).

colocou-se na dianteira das transformações das estruturas da sociedade tradicional. As particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sua herança colonial, seu caráter dependente e tardio, terminaram por originar toda uma série de *constrangimentos* ao pleno desenvolvimento do padrão clássico da burguesia industrial. A questão central diz respeito à necessidade de se aprofundar a compreensão do perfil típico e do padrão histórico específico destes setores no Brasil, que preservam elementos comuns com seus parceiros estrangeiros, mas possuem uma trajetória histórica distinta.

Ao procurar mostrar a inadequação da utilização do modelo schumpeteriano para a definição do perfil típico do empresário industrial no Brasil, não estamos afirmando que a capacidade individual transformadora, a autoconfiança e independência do demiurgo, estivessem excluídas do universo cultural dos capitães de indústria. Vários registros identificam o desejo dos industriais de serem vistos como indivíduos excepcionais, responsáveis pelo progresso e bem estar social.

Nos debates que sustentaram contra aqueles que acusavam a indústria de ser artificial e onerosa para a vida nacional e os acusavam de classe parasitária; nas ações de recusa e boicote sistemático que dirigiram contra as iniciativas do Estado em implementar uma legislação trabalhista, interferindo no modo como dirigiam seus empreendimentos; na organização de entidades de classes visando defender seus interesses dentro do aparelho de Estado, ou diante do acirramento da resistência operária, os empresários industriais agiram como classe. Agiram conjuntamente em função de interesses comuns, lutando por direitos e liberdade de ação no universo que eles entendiam ser a extensão da sua capacidade de controle, da sua vontade, do seu espírito empreendedor.

Esses atributos auto-impostos e essas lutas não tiveram, porém, uma contrapartida prática no mundo extrafábrica, no mundo da política, entendida aqui como atividade que se dá na esfera do Estado visando assumir seu controle (Weber, 1985). Sua ação na esfera do Estado pautou-se, sobretudo, pela defesa dos favores particulares relacionados à sua empresa e a seus produtos. No mundo da política desempenhou o papel mais de guarda avançado dos setores agrários, zelosos na manutenção da ordem, do que como candidato ao posto de classe hegemônica da sociedade (Cardoso, 1972).

Alguns estudos apontam o fato de predominar nos meios empresariais uma concepção essencialmente instrumental da atividade política. Nas questões relacionadas diretamente aos seus interesses específicos, questões que diziam respeito à sobrevivência econômica do seu negócio privado, os empresários atuaram de forma organizada e com eficácia. Assim ocorreu com as questões relacionadas à política tarifária, legislação trabalhista, organização e direção do processo de produção e controle da força de trabalho, movimento operário, concorrência estrangeira.<sup>15</sup>

Observando a natureza de sua participação no plano da política, explicita-se seu papel de parceiros menores das elites agrárias. Nos acontecimentos de 1930 e 32 deram apoio aos dirigentes comprometidos com a Velha República, no sentido de dependência ao poder instituído. Após a consolidação do novo regime, nota-se um movimento acelerado de aproximação entre os industriais e os novos detentores do poder. O relacionamento estreitou-se, na medida em que a proposta da reordenação estrutural do novo regime vinha ao encontro das aspirações enunciadas pelos industriais no final dos anos vinte, quando Roberto Simonsen, no discurso de inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), esboçara um projeto de desenvolvimento nacional baseado na industrialização.<sup>16</sup>

A ausência de autonomia política da ação empresarial compunha um quadro mais geral de dependências. Segundo o modelo schumpeteriano a atuação empresarial, no âmbito das atividades econômicas, caracterizava-se pelo risco inerente à inovação e criação de formas inéditas, as vezes revolucionárias, de combinar os fatores da produção de mercadorias. Nesse universo o empresário industrial brasileiro contrastava com o modelo em diversos aspectos.

Em primeiro lugar porque não era inovador. Os inquéritos industriais, as estatísticas, as pesquisas sobre condições de trabalho nas fábricas paulistas e cariocas, as denúncias da imprensa anarquista, os diagnósticos sobre a situação das indústrias de diversos ramos realizados por órgãos do Estado como o Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou por entidades da própria classe como o Instituto de Organização Racional do Trabalho de São

<sup>15</sup> 14 Ver Gomes (1979); Diniz (1978) e Cardoso (1972).

<sup>16</sup> 15 Ver Dean (1971, p.221-248); Decca (1983, p.35-46).

Paulo (IDORT), denunciavam, direta ou indiretamente, o caráter rotineiro e a natureza predatória das atividades industriais no país, principalmente nos centros mais desenvolvidos como São Paulo e Rio de Janeiro. Situação agravada pela persistência do modelo familiar de gestão empresarial, restringindo o alcance dos processos de burocratização e racionalização das empresas e adiando sua plena expansão.

Segundo porque não arriscavam. Os investimentos concentravam-se naquelas atividades consagradas, evitando a concorrência na medida em que se especializavam em determinados artigos, dividindo amigavelmente o mercado entre si. Segundo Wilson Cano, isso foi comum na indústria têxtil. A expansão das empresas alicerçavam-se principalmente na incorporação crescente e na exploração extensiva do trabalho e pouco baseado nas inovações tecnológicas e na racionalização do processo produtivo (Cano, 1977).

Terceiro, porque não transformavam as “irracionalidades” impostas pelo meio social, político e econômico em instrumentos racionais de hegemonia do projeto industrialista. Se a indústria foi concebida como um dos pilares da soberania nacional, o Estado tinha sobre ela responsabilidades e obrigações de protegê-la e ampará-la nos momentos de crise, além de criar as condições econômicas e políticas para seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, o sucesso não constituía uma incerteza.

Quarto, e último, porque possuíam pouco compromisso com a indústria. Tal fato foi mais comum nos primeiros industriais. Francisco Matarazzo, um dos empresários mais bem sucedidos nos momentos iniciais da industrialização no Brasil, fez o seguinte comentário sobre a questão dos direitos aduaneiros nos anos vinte:

“Se sou industrial, como o indicou a generosidade dos meus amigos fazendo-me presidente do Centro (dos industriais), sou também negociante, importador em larga escala e fazendeiro neste Estado. Sinto-me, portanto, perfeitamente à vontade no que concerne a esta questão”<sup>17</sup>

## O Empresário *self-made-man* no Brasil

Se a imagem do empresário schumpeteriano não se sustenta, igualmente insólita revela-se a do empresário

“*selfmade*”. A idéia de que determinados indivíduos foram capazes de acumular imensas fortunas “*começando do nada*”, apenas em função do trabalho árduo e de uma vida de privações, mostrou-se tão pouco razoável quanto a idéia do empresário demiurgo. Isso, no entanto, indica um elemento importante na visão que o empresário possuía da sua atividade, de seus iguais e de si mesmo. Indica componentes culturais que estruturavam uma concepção de autoridade e conseqüentemente formas de tornar legítimo o exercício do mando.

Testemunhos de época tendiam a enfatizar, às vezes com certo exagero, a origem humilde dos primeiros industriais, principalmente quando se tratava de imigrantes. Algumas fontes relacionam o progresso industrial de São Paulo ao advento da imigração italiana e aos conhecimentos artesanais que esta população trazia em sua bagagem: “*De artes liberais, não há italiano que não perceba alguma coisa*”, dizia-se no início do século. Era comum o estabelecimento de uma relação íntima entre a massa de artesãos imigrantes, a proliferação de pequenas oficinas, o surgimento de grandes indústrias em São Paulo, o progresso econômico e o avanço civilizatório. (Bandeira Jr., 1901, p.XI).

Sem dúvida, uma significativa parcela do empresariado industrial paulista era de origem estrangeira. De acordo com pesquisa sobre as origens étnicas e sociais do empresário paulista que participou ativamente da “*revolução industrial brasileira*”, ocorrida a partir dos anos 30, 84% dos empresários eram estrangeiros, filhos ou netos de estrangeiros. Mais precisamente, a proporção era a seguinte: 49,5% eram imigrantes, 23,5% filhos de imigrantes e 11,3% netos de imigrantes. Os grupos com maior participação eram os italianos (34,8%), alemães e austríacos (12,8%) e portugueses (11,7%) (Pereira, 1964, p.199).

Quanto às origens sociais, a mesma pesquisa constata que mais de 70% dos empresários vieram dos estratos médio e alto. Isto significa que a maioria dos imigrantes que tiveram sucesso no projeto de “*fazer a América*” não se confundia com a massa de imigrantes que vinham para trabalhar nas lavouras de café e nas fábricas paulistas na virada do século. Mesmo no caso reconhecido como típico da ascensão via esforço próprio, poupança e trabalho árduo, como se tentou fazer com a biografia do industrial Francisco Matarazzo, pesquisas indicam a falta de fundamento dessas suposições (Martins,

<sup>17</sup> Apud Dean (1971, p. 39).

1978). Era comum associarem a sua imagem como exemplo do legítimo “*self-made-man*” nacional. Por ocasião da 1ª Exposição Industrial do Município de São Paulo, nos anos 10, as Industrias Reunidas Francisco Matarazzo são mostradas como grande realização do progresso industrial do Estado e do país, aparecendo ainda, como obra do esforço de um único homem, produto de vinte anos de trabalho de um homem de “*vigor excepcional de corpo e inteligência*”:

“Francisco Matarazzo pertence àquela categoria de trabalhadores que o Smiles na segunda metade do século passado ilustrou com o seu livro ‘O Poder da Vontade’ e que com palavras felizes chamou de ‘Self-man’; a ascensão de alguns entre os quais chegou a tal ponto que nas mentes dos homens simples se apresentou mais como o resultado de acontecimentos fantásticos, do que como fruto de um trabalho tenaz e inteligente”(Piccarollo e Finocchi, 1918, p.109).

Francisco Matarazzo imigrou da Itália com o objetivo de preservar a elevada condição estamental ocupada pela família na Itália, já que com a morte do pai, advogado e proprietário, estaria passando por dificuldades econômicas. Em 1881, filho mais velho da família, desembarcou em São Paulo, trazendo consigo um milhar de libras e uma carga de toucinho para iniciar um negócio próprio. Amparado por um patricio de prestígio, estabeleceu-se inicialmente em Sorocaba com uma pequena casa de comércio. Logo em seguida envolveu-se com a fabricação de banha de porco enlatada, até então importada dos Estados Unidos. Neste empreendimento contou com auxílio financeiro de alguns comerciantes locais e, ao que tudo indica, obteve sucesso na medida em que melhorou a qualidade do produto em relação ao importado, abaixou o preço e ampliou o mercado inclusive para os Estados vizinhos. O fato é que, por volta de 1890, acumulara uma quantia estimada em quarenta e seis contos, toda ela investida numa casa importadora em São Paulo. O principal artigo importado era a farinha de trigo, cujo consumo havia se elevado com a chegada cada vez em maior quantidade de imigrantes italianos.

As atividades de importador permitiram a Matarazzo estabelecer relações com o diretor do British Bank of South América, que terminou por financiar, em 1899, a construção de um moinho de trigo em São Paulo. A partir desse

momento, Matarazzo diversifica seus investimentos em outros ramos complementares, como o têxtil para fabricar sacaria. Passou também a produzir sabão e glicerina a partir do aproveitamento do caroço do algodão, construiu uma serraria e caixotaria para fabricar os engradados, litografia para rótulos, fundições e oficinas mecânicas, docas para a frota costeira, etc.<sup>18</sup>

Muitos outros imigrantes que conseguiram acumular grandes fortunas e formar grandes grupos econômicos tiveram trajetória de vida semelhante a de Matarazzo. De um modo geral, pertenciam, no seu país de origem, a famílias de classe média urbana e possuíam instrução técnica ou experiência prévia no comércio e manufaturas. Raramente imigravam na condição de trabalhadores ou empregados. Quando isto ocorria atuavam sempre como técnicos nas fábricas ou administradores de fazendas. Muitos vinham com a intenção de abrir negócio próprio e para isso traziam consigo algumas economias originadas de negócios realizados na Europa, ou concedidas pela própria família, como foi o caso do industrial sueco estabelecido em Pernambuco em meados do século XIX, Hermam Theodor Lundgren, iniciador de um grupo de empresas voltadas para a produção e comercialização de tecidos que se espalhou por todo o país.<sup>19</sup>

Alguns imigrantes possuem, realmente, história de vida que os aproximaria do perfil do “*self-made-man*”. Mesmo nesses casos, porém, ocorreram circunstâncias que relativizam tal caracterização. Assim, nenhum deles teve, como base de enriquecimento, pequenas empresas industriais. Da mesma forma que os imigrantes com recursos, o ponto de partida para seu crescimento foi o comércio.

Os empreendimentos industriais constituíram uma etapa fundamental mas posterior. Foi o caso de Antonio Pereira Inácio, proprietário da fábrica de tecidos Votorantim, de Nicolau Scarpa, proprietário de moinhos e fábricas de tecidos, e Dante Ramenzoni, fabricante de chapéus, entre outros. Além do que, foram beneficiados por empréstimos e influências de patricios ricos estabelecidos há mais tempo no país.

No caso de empresários de origens nacionais que teriam seguido essa mesma trajetória, da origem humilde, da condição de empregado, até os postos de comando de poderosas empresas, o caráter mais encomiástico que real

<sup>18</sup> Ver Martins (1978); Dean (1971, p.69-74) e Piccarollo e Finocchi (1918, p. 108 a 125).

<sup>19</sup> Ver Dean (1971, p.59) e Queiroz (1972, p.45/46).

do mito “*self-made*” pode ser explicitado. Ao contrário do que sugere o título, eles não foram feitos por si mesmos, através do trabalho tenaz e infatigável, ou de poupanças reunidas durante longos períodos de privações. Apropriaram-se, na verdade, de rendas geradas em outros setores da economia, através, por exemplo, de casamentos, como ocorreu com Benjamin Ferreira Guimarães. Ex-mascate em Minas Gerais, casou-se com herdeira de rico proprietário de terras do Estado e lançou-se na atividade industrial no início do século. Enriqueceu durante a Primeira Guerra Mundial, beneficiando-se do fechamento do mercado interno às importações de tecidos. Outros, enriqueceram através de ligações com grupos mais antigos, como foi o caso de Severino Pereira da Silva, que, segundo biógrafos, começou a vida como caixeiro-viajante no final do século XIX em Pernambuco. Tempos depois viria para o Rio de Janeiro como empregado de confiança da firma de tecidos Alves Brito & Cia, com a função de dirigir a filial desta firma na cidade. Por volta de 1935, auxiliado por Gervásio Seabra, também pernambucano e forte industrial no Rio, e pelo Banco do Brasil, torna-se especialista na compra de fábricas falidas. Em 1940 compra uma das maiores fábricas de tecidos do país, a Cia Nacional de Estamparia sediada em Sorocaba. Durante a Segunda Guerra Mundial enriqueceu com a exportação têxtil brasileira.

A proteção governamental foi a alavanca de outros, como o caso de Gastão Vidigal, que começou a carreira como funcionário do Banco São Paulo, pertencente à família Almeida Prado. Envolveu-se com a exportação de café e apoiou a Revolução de 30, o que lhe permitiu indicação para a diretoria do banco estatal Banco do Estado de São Paulo. Em 1933, fundou o Banco Mercantil. Durante a 2ª Guerra, foi nomeado diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, em virtude da amizade que mantinha com Getúlio Vargas. Esta amizade abriu canais importantes, que terminaram por possibilitar a criação da sua principal empresa - a Cobrasma - inicialmente voltada para a fabricação de vagões. O capital para este empreendimento surgiu da sociedade entre Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho. Em 1942 envolveram-se, ainda, na especulação de terras no norte do Paraná.<sup>20</sup>

Nem demiurgos, nem “*self-made-men*”. Ansiosos por lucros altos em curtos períodos de tempo, identificado mais com os resultados do que com o processo industrial, eficientes e atuantes nos assuntos que dizem respeito a seus interesses específicos, mas política e culturalmente

caudatários das elites agrárias. Tradicionais na organização e direção de suas empresas, onde predominaram o padrão familiar de gestão econômica e vínculos de natureza pessoal no relacionamento com seus trabalhadores, ao mesmo tempo despótico e paternalista. Sócios menores do capital estrangeiro, temerosos em relação aos movimentos populares e de um pragmatismo oportunista em relação aos donos do poder. Este é, em resumo, o perfil do empresário industrial no Brasil.

### Continuidades e Rupturas num período de transição

Poderíamos, então, entender o empresário industrial e a ordem econômica das fábricas simplesmente como continuidade da empresa escravista? A questão não é tão simples e tem sido ponto de discussão de diversos autores.

A idéia de continuidade é central nos estudos que tratam das questões relacionadas à transição do escravismo para o capitalismo no Brasil. Eis como Caio Prado Jr. encarava a questão na década de 1940: “*Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; elementos no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial... aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presentes em traços que não se deixam iludir*” (Prado Jr., 1981, p.10).

A partir dessa constatação comum, as opiniões divergem quando o problema diz respeito aos significados desse passado colonial na estruturação de uma ordem urbano-industrial. Basicamente três posições tornaram-se marcantes. Numa primeira posição temos aqueles que discutiram o que restou das relações escravistas no Brasil capitalista e terminam por constatar que a passagem para o novo modo de ordenação da sociedade deu-se sem rupturas radicais com o modo antigo, mas, ao contrário, foi incorporado acriticamente e reproduzido em várias de suas características. Tal passagem teria ocorrido sob a égide das estratégias da conciliação dos interesses e da adaptação amistosa. Portanto, o que ocorreu foi uma falsa modernização (Costa, 1979).

O segundo grupo, impulsionado por intenções mais pragmáticas, e por isso marcado por uma análise fortemente prescritiva, perguntava-se qual o melhor método

<sup>20</sup> Ver Queiroz (1972); Woronieck (s/d) e *Quem é Quem no Brasil* (1953).

para eliminar os resquícios coloniais e escravistas herdados para que o capitalismo se implantasse na sua plenitude. Pretendia-se, através de medidas saneadoras e de preferência dirigidas pelo Estado, erradicar o arcaico que corroía as bases do Brasil moderno (Furtado, 1982; Sodré, 1976).

A terceira posição busca fugir dessa dicotomia limitadora entre o velho e o novo, o arcaico e o moderno. Numa vertente procurou demonstrar que não havia uma oposição petrificada entre um e outro Brasil, mas havia uma relação dialética, onde a reprodução do novo dependia da reprodução contínua do velho. Constatava a preservação de relações pré-capitalistas não como obstáculos, mas enquanto relações subordinadas e articuladas às relações capitalistas dominantes. Nas palavras de um dos representantes deste grupo, a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que e a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (Oliveira, 1972, p.32).

Numa segunda vertente dessa posição minimizam-se as diferenças entre o velho e o novo, colocando a sociedade colonial como capitalista, e o escravo como operário possível (Castro, 1984).

A idéia da continuidade entre os senhores de escravos e a burguesia emergente, cafeeira e/ou industrial, foi contemporânea ao próprio momento de transição. A idéia de que os fazendeiros industriais haviam preservado a escravidão, ou dado origem a uma outra escravidão em muitos aspectos pior que a antiga, era comum não apenas entre os operários anarquistas, mas também em outros meios menos “*radicais*”. A idéia era forte quando se tratava de descrever as condições de vida e trabalho dos colonos imigrantes nas fazendas paulistas.

Em 1892, o cônsul italiano em São Paulo, relatando a situação dos colonos num período de prosperidade para os fazendeiros, comenta as “*inúmeras reclamações*” que lhe chegavam do interior “*contra proprietários que eu julgava incapazes de qualquer abuso contra o colono, esquecendo de que muitos, mesmo com aparência de*

*pessoas distintas, pouco diferem do antigo patrão de escravos e do grande senhor de estilo feudal, consciente de ser dono absoluto na sua propriedade, com seu arbítrio como única norma de conduta*”<sup>21</sup>.

Thomaz Davatz, em suas “*Memórias de um Colono no Brasil*”, descreve o duro regime de opressão a que estavam submetidos as primeiras levas de trabalhadores desembarcados em São Paulo no final do séc.XIX. “*Será exagero*”, indagava, “*...dizer-se que os colonos se acham sujeitos a uma nova espécie de escravidão?... Pobres coitados, miseravelmente espoliados... perfeitos escravos, nem mais nem menos*” (Davatz, 1972, p.88 e 124).

Alguns anos depois, em 1913, a Federação Operária de Santos envia para várias associações operárias no exterior um relato sobre a situação dos imigrantes no Brasil: “*A palavra imigrante é sinônimo de escravo e miserável. São incontáveis as vítimas destes negreiros, para quem a abolição da escravatura foi um sonho amargo que passou, e consideram-se com o direito de dispor das pessoas plebéias como nos tempos da gleba*”<sup>22</sup>.

A extensão dos relatos sobre as afinidades entre o senhor e o burguês e a diversidade dos lugares sociais, de onde surgiam a constatação da vigência de uma “*moderna escravidão*”, descaracterizavam esses argumentos e tais comparações apenas como recurso de retórica. Mas eram mais que isto. Chamavam a atenção para um fato real, para a forma específica da formação, da elaboração de estratégias de sujeição, da organização e direção do trabalho e da concepção de autoridade da burguesia brasileira.

O que explica, apesar das rupturas, a força destas permanências? Porque o moderno empresário industrial preservou elementos de forma de sujeição e exploração do agente do trabalho típicas da ordem escravocrata e senhorial anterior? Encontrar a resposta para esta questão implica em considerar a forma específica de implantação das relações sociais de produção capitalistas no Brasil. O que significa considerar o modo como se deu a sujeição do trabalho pelo capital.

## A ordem capitalista no Brasil

A abolição da escravidão e o surgimento de novas relações de produção, fundadas sobre o trabalho livre,

<sup>21</sup> 20 A.L.Rozwadowski-“San Paolo”, in: *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari*, Roma, 1893, pp. 166, apud Pinheiro e Hall (1981, p.16).

<sup>22</sup> 21 Federação operária de Santos, Santos, 1913.

implicavam na elaboração de novos mecanismos de subordinação não mais baseados na violência física explícita, mas numa forma que poderia ser considerada legítima pelos próprios subordinados, na medida em que não viam ameaçada, aparentemente, sua condição de ser livre. Este processo tem um momento importante nas elaborações ideológicas que justificam a racionalidade do mercado e outro na forma como se deu o desenvolvimento das forças produtivas adequadas a estas novas relações de produção, ou seja, na estruturação do sistema de fábrica. De fato, a fábrica e o sistema de máquinas, enquanto estrutura material independente dos trabalhadores, constituem a dimensão técnica do aprofundamento da subordinação do trabalho ao capital. Para Marx:

“Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica serve a máquina. Naquele procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles”. (Marx, 1982, p.483).

A passagem da manufatura para a fábrica, do ponto de vista da relação entre capital e trabalho, pode ser encarada como a passagem da fase da subordinação formal para a subordinação real. Formal porque o mecanismo social de produção, embora pertença ao capitalista - que se ergue como força intelectual separada e superior ao trabalhador coletivo, impondo-lhe sua ordem e sua disciplina - permanece assentado sobre uma base técnica do momento histórico anterior e ainda se fundamenta no saber e nas habilidades individuais do produtor direto.

O capitalista organizava e dirigia, mas não dominava integralmente o processo produtivo fundamentado na habilidade do trabalhador. A subordinação formal cria as condições para a fase seguinte, quando a máquina quebra a unidade entre o trabalhador e os meios de produção, substitui o trabalhador como fundamento do processo produtivo, torna-se estrutura material independente das habilidades e do saber operário, um “*mecanismo morto*” que subordina seus “*complementos vivos*”.

A subordinação real do trabalho ao capital só tornou-se possível em virtude do desenvolvimento tecnológico orientado e padronizado de acordo com as necessidades do capital. A análise do aprofundamento das

relações de produção capitalista implica colocar em primeiro plano a dimensão política da inovação tecnológica, revelar sua capacidade de transferir para o capitalista o controle do processo produtivo e desvendar sua aparente neutralidade científica.

A idéia importante dessa interpretação está em atribuir à técnica o papel de libertar o capital da dependência em relação aos saberes e habilidades individuais dos trabalhadores. Com a manufatura, o trabalhador perde o controle sobre o produto de seu trabalho. Com a fábrica, perde o controle sobre o produto, sobre o saber, sobre o tempo de produção, sobre os ritmos.

Analisar a história da industrialização brasileira através dessa perspectiva, encarando a ordem industrial como o aspecto técnico do aprofundamento de relações de produção determinadas, significa constatar a precariedade do processo de subordinação real do trabalho pelo capital, no que diz respeito à renovação contínua dos meios de produção.

Uma das características da industrialização brasileira, até pelo menos 1950, é o baixo índice de renovação das máquinas e equipamentos empregados na produção. Um exemplo disso pode ser encontrado na indústria têxtil paulista, então o principal setor da indústria brasileira na região mais industrializada do país. Durante quase toda a década de 30 (entre 1931 e 1937), estiveram proibidas as importações de máquinas e equipamentos para as indústrias em “*estado de superprodução*”. Segundo as associações das indústrias têxteis, era necessário restringir severamente as importações de máquinas, evitando o aumento de produção além da capacidade do mercado.

No levantamento estatístico sobre a distribuição etária das máquinas existentes na indústria têxtil em 1939, realizado pelo Departamento Estadual de Estatística ligado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, constatou-se que do total de máquinas do setor, praticamente a metade era de idade desconhecida (49,6%), a outra metade possuía mais de 10 anos de uso intensivo (42,1%). Isto significava 91,7% de máquinas bastante depreciadas. Os subgrupos nos quais a situação era mais grave incluíam a tecelagem de algodão (onde se concentrava aproximadamente 85% de máquinas de todo o setor têxtil) com 97,1% das máquinas situadas na faixa acima dos 10 anos e idade desconhecida, a tecelagem de lã, com 87%, e a tecelagem de juta, com 90% das máquinas nesta mesma faixa. Para o total da indústria do Estado, incluindo os vários outros setores, aproximadamente 75% das máquinas e equipamentos existentes tinham mais de

10 anos ou idade desconhecida, e apenas 11,3% com menos de 5 anos.<sup>23</sup>

O significado destes dados fica completo quando se constata que nos anos posteriores a 1939, período que coincide com a Segunda Grande Guerra, a produção têxtil nacional atravessou um dos períodos de maior expansão em virtude das possibilidades de exportações abertas pelo início do conflito mundial. Nesse momento, não ocorreram renovações qualitativas ou quantitativas do maquinário e toda expansão baseou-se no uso predatório e no controle autoritário do fator trabalho (Stein, 1979).

O baixo índice de renovação de máquinas e equipamentos não se deu, portanto, em função de problemas conjunturais, como pode ficar sugerido pelas alegações de superprodução e conseqüente exigências de restrição às importações de novas máquinas. Primeiro, porque seria falso falar em superprodução de tecidos num momento em que grande parcela da população sequer tinha o mais elementar para se vestir. Segundo, porque aceitar a hipótese de superprodução durante o período em que esteve em vigor a proibição às importações implicaria aceitar a ocorrência de uma diminuição nos ritmos de produção, coisa que não ocorreu. Um observador da situação da indústria têxtil no período afirma que o trabalho nas fábricas teria “*dobrado e tresdobrado*” em função do decreto que protegia as indústrias em superprodução e em várias fábricas mantinham-se várias turmas em jornadas diárias de 10 e 12 horas, utilizando intensivamente os equipamentos existentes e matérias primas de baixa qualidade, fazendo com que a produção fosse tirada, como diziam os operários, “*à força*”. De acordo com um historiador das indústrias têxteis, no período nenhum controle exerceu-se sobre a realidade cotidiana das fábricas e os fabricantes recorreram aos métodos habituais de reduzir os custos da produção: prolongaram a jornada de trabalho para além das dez horas, acrescentando um segundo e mesmo um terceiro turno. Relatórios indicam que, entre 1931 e 1937, pequenas fábricas de bens de consumo corrente funcionaram de 16 a 24 horas diariamente, embora, em meados de 1936, os trabalhadores, alegando fadiga, já se recusassem a fazer serão<sup>24</sup>.

Essa situação, aparentemente de exceção, era, na realidade, permanente e pode servir de índice do padrão de desenvolvimento industrial no Brasil: baseado no baixo nível de investimentos e renovação tecnológica e na exploração extensiva e intensiva da força de trabalho. Isso, de fato, acabou moldando formas de controle do capital sobre a força de trabalho, excluindo parcialmente o emprego de expedientes essencialmente capitalistas, como as inovações tecnológicas, a racionalização do processo produtivo, a organização do trabalho e a implementação de políticas gerenciais. Tudo aquilo que Marx chamava as “*leis naturais da produção*”.

Em função das características apontadas, pode-se dizer que o crescimento e o funcionamento das fábricas, com um mínimo de eficiência, estava ainda, em parte, alicerçado sobre o saber e habilidades dos operários, que ocupavam postos-chaves na produção. Na realidade, mesmo sob o mais sofisticado aparato de controle estritamente econômico, a produção capitalista não prescindia do engajamento subjetivo do operário ao processo de trabalho. Mesmo o taylorismo, entendido como um momento em que a racionalização do trabalho completaria a transferência do saber e do controle operário para o capitalista, acabou por tornar necessária alguma espécie de envolvimento subjetivo e concentração na realização das suas tarefas extremamente especializadas.<sup>25</sup>

Em 1926, o deputado Henrique Dodsworth apresentou um projeto de lei concedendo ao trabalhador brasileiro um período anual de férias remuneradas. Em 30 de outubro desse mesmo ano, o projeto converteu-se em lei. A reação nos meios empresariais foi imediata, e, mesmo promulgada a lei, sua aplicação foi precária ou praticamente inexistente. Otávio Pupo Nogueira, então secretário do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem, foi encarregado de relatar, diante do Conselho Nacional do Trabalho, os motivos e alegações das associações patronais contra a lei. Dentre os vários argumentos contidos no Memorial enviado ao CNT, um particularmente chama a atenção para a relativa dependência da produção industrial em relação às habilidades de alguns operários. O memorial leva esta dependência ao extremo por uma questão de estratégia, mas não deixa de ressaltar um fato que em muitos casos era real:

<sup>23</sup> Departamento Estadual de Estatística, Ind. e Com., Secretaria da Agricultura, Ind. e Com. do Est. de São Paulo. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1938,9 pp.235-241.

<sup>24</sup> Ver Stein (1979, p.161-162); “A superprodução industrial”, *O observador Econômico e Financeiro*, ano II, n.15, abril de 1937, pp. 45-47; Paoli (1983).

<sup>25</sup> “Tendência essencial do capitalismo, a retificação não pode jamais se realizar integralmente. Se ela o conseguisse, se o sistema lograsse efetivamente transformar os homens em coisas mudas unicamente pelas ‘forças’ econômicas, ele desabaria não a longo prazo, mas instantaneamente. A luta dos homens contra a retificação é, tanto quanto a tendência à retificação, a consolidação de funcionamento do capitalismo.(...) O capitalismo só pode funcionar recorrendo à atividade propriamente humana de seus subjugados, ao mesmo tempo que tenta reduzi-los e desumanizá-los o mais possível” Castoriadis (1978, p.35); sobre o taylorismo, ver principalmente Coriat (1979).

“Nas grandes indústrias, existe uma massa enorme de operários insubstituíveis. São homens que tem a seu cargo serviços especialíssimos, que não requerem senão o trabalho de um ou alguns homens dotados de capacidades naturais e especiais (...). Que fará o patrão quando o operário, o único operário de certa máquina, que é o coração da oficina, lhe pedir as suas férias?(...). Muitas, muitíssimas indústrias ficarão paralisadas pela falta de um único homem\_ E a falta de um único homem - falta anual, falta regular, falta que não pode ser punida para escarmento porque é facultada por uma lei, importará na ruína de promissórias empresas” (Nogueira, 1935, p.77 78).

Nesse tipo particular de desenvolvimento industrial, os setores empresariais são compelidos a lançar mão de outros recursos que assegurem a legitimidade de sua autoridade sobre seus subordinados e, simultaneamente, garantam um mínimo de adesão voluntária, por parte dos operários, aos objetivos da produção. Em outros termos, objetiva-se criar trabalhadores politicamente desmobilizados e obedientes, e economicamente mobilizados e úteis. Essa situação repercutiu tanto na conformação do sistema político quanto na definição das práticas desenvolvidas no interior das fábricas. No plano da política, conduziu a uma interferência controladora do Estado através da repressão policial, num período em que a questão social era concebida como “*caso de polícia*”, ou através de institucionalização corporativa das organizações operárias, quando a questão social passa a ser encarada como uma “*questão de Estado*”.<sup>26</sup>

Será nas práticas patronais executadas no universo fabril que as velhas formas patriarcais de legitimação da autoridade e imposição da obediência farão sentir sua força. Nesse universo, explica-se a permanência dos traços senhoriais na definição do perfil dos empresários brasileiros. Intolerantes diante das reivindicações e dos movimentos operários, entendidos como quebra da unidade familiar e contestação da autoridade patriarcal que estruturam a organização da fábrica, e, ao mesmo tempo,

tomados por uma concepção de terror em relação ao agente de trabalho, encarado como inimigo em potencial.

Essa dupla dimensão da ação empresarial concretiza-se nas políticas sociais desenvolvidas nas empresas, envolvendo a criação de enfermarias nas fábricas, assistência médica, creches, escolas maternais. Algumas práticas revelavam um conteúdo ideológico mais explícito, como o caso da assistência religiosa, plena de lições de passividade, resignação e obediência. O mesmo ocorria com as comemorações das datas patrióticas na fábrica, como o 13 de maio, 7 de setembro, 15 de novembro, entre outras.

A preocupação com o controle do lazer do operário era uma constante, já que a rua era concebida como um espaço fora de controle, onde circulava livremente o “*vírus maléfico*” de “*perigosas ideologias*” diante das quais o “*nosso velho e cândido operariado*” não conseguia resistir (Nogueira, pp.45,51 e 70). Em função disso, as fábricas ofereciam, além de habitação nas vilas operárias, várias opções de lazer e entretenimento, como clubes esportivos, teatro, música, festas, escotismo, passeios, jogos “*lícitos*”, conferências, e várias outras atividades.

Mais importante do que a simples existência destes “*serviços*”, era a forma simbólica que revestia seu oferecimento. Se a propriedade por si só oferecia uma base sólida para a legitimidade do exercício do mando, outros recursos de controle pelo consenso faziam-se necessário para consolidá-lo. Nesse sentido, as políticas sociais apareciam como doação gratuita, fruto do caráter benevolente do patrão e da sua preocupação com o bem-estar dos “*seus*” operários. Criavam-se vínculos pessoais e afetivos, obrigações recíprocas nas quais o patrão aparecia como pai e dirigente da grande família fabril: “... o patrão é mais alguma coisa que patrão, é um amigo e, digamos, um pouco pai dos que trabalham a seu lado”<sup>27</sup>.

A dimensão despótica da ação empresarial concretiza-se na rigidez e no autoritarismo dos regulamentos internos que organizavam a vida cotidiana da fábrica. Código de deveres, obrigações e punições generalizadas que sancionam a vontade do chefe. Conjunto

<sup>26</sup> “... a um dado sistema de controle da força de trabalho fabril corresponde a um dado tipo de sistema político.”, “Dependendo de como o modo de produção especificamente capitalista de impos numa formação econômico-social, ou, noutras palavras, de como o capital subsumiu realmente o trabalho(...)- tem-se ou a modalidade superior de hegemonia burguesa - ‘nasce na fábrica’- ou como resultante principal de ação política ao nível dos partidos. No primeiro caso, opera como uma força ‘natural’, reforçando os mecanismos e instituições de integração da sociedade burguesa. No segundo, a hegemonia burguesa como se seculariza. Constrói-se e se sustenta à vista de todos, um artefato humano, relativo, histórico e provisório.” Vianna (1978, pp.31 e 43).

<sup>27</sup> Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, “Circular” n.308, 1 de abril de 1924.

de regras disciplinares sobre o corpo do operário, corrigindo seus gestos, “moralizando” seu comportamento. Concretiza-se também nas condições gerais de trabalho, na organização espacial das fábricas, nos riscos de acidentes de trabalho, na jornada, nos salários, nos ritmos de execução das tarefas, nas hierarquias, etc.

O problema, finalmente, que está na base de todos estes desdobramentos, refere-se ao modo como se deu, entre nós, a montagem de um mercado de trabalho assalariado na virada do século XIX para o século XX. As relações sociais necessárias à continuidade do processo produtivo refletiram e, poder-se-ia afirmar, reproduziram as características específicas presentes na formação do mercado de trabalho livre. A abolição do trabalho escravo, em maio de 1888, representou, como disse José de Souza Martins (1986), mais uma forma dos senhores livrarem-se de seus escravos do que o contrário. De fato, os negros recém-libertos não foram absorvidos imediatamente pela nova ordem econômica implantada no sudeste do país. Tampouco foram incorporados àquele segmento dos livres e pobres, o chamado elemento nacional. A força de trabalho que alimentou o polo dinâmico da nova fase da economia nacional, nos seus segmentos rurais e urbanos, veio de fora: imigrantes europeus na sua grande maioria. Os desdobramentos mais importantes dessas circunstâncias foram, por um lado, a ausência da necessidade das elites econômicas iniciarem o processo conflituoso e desgastante de readequação técnica, moral e cultural de parcela da população nativa de acordo com as novas exigências da estrutura e dinâmica da economia capitalista. Possibilitou, por outro lado, manter quase intacto as formas tradicionais de subordinação e cooptação política desses setores. A imigração, por fim, colocou à disposição no mercado de trabalho, um grande volume de indivíduos previamente dispostos, ou culturalmente preparados, a se submeterem às novas regras do mundo da produção capitalista. O sonho de “fazer a América”, ou seja, a perspectiva de trabalho árduo e poupança forçada como condição para se atingir o objetivo de recuperar a condição de pequeno proprietário, perdida na pátria de origem, foi a face mais visível dessa predisposição.

A forma específica de como se deu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e das novas relações de produção, a transição precária para a subordinação real do trabalho pelas vias econômicas e a configuração de um perfil determinado de empresário industrial, terminaram por criar a necessidade permanente de recuperar e renovar os velhos recursos de sujeição,

baseados em relações de produção não-capitalistas, como meios necessários de garantir a expansão ininterrupta do próprio capitalismo. Será nesse universo que o “moderno” empresário industrial se apresentará como o parente mais próximo e herdeiro direto do “arcaico” senhor dos escravos e do grande domínio rural.

## Considerações finais

Afirmamos no início que, no nosso entendimento, o moderno sempre pareceu mais ameaçador e opressivo para o empresariado brasileiro do que o passado. Mas nem por isso o moderno foi rejeitado. O importante é observar como as novas relações industriais e urbanas se consolidaram no Brasil sem abolir integralmente as tradições senhoriais. Mas isso não significou a sobrevivência de resquícios que aos poucos seriam diluídos na dinâmica das relações novas. Não se trata, tampouco, da inércia do atraso funcionando como obstáculo a uma efetiva instauração de um processo modernizador. Talvez possamos sugerir a vigência de uma articulação entre os dois pólos, em que o arcaico surge entre nós como condição para o moderno. Não se trataria simplesmente da força de uma permanência, mas de uma insistente recriação do atraso pelo seu contrário. Mas estas são questões em aberto e nosso objetivo aqui foi apenas tentar dar uma contribuição para o debate.

## Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro- 1808-1821*. Dissertação de mestrado do Dep. História da FFLCH-USP, 1983
- ANDREONI, João Antonio (André João Antonil) - *Cultura e Opulência do Brasil*. 17<sup>o</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967
- ASSOCIAÇÃO Industrial. *O trabalho nacional e seus adversários*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1881.
- BANDEIRA Jr., Antonio F. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Diário Oficial, 1901.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, São Paulo, Grijald, 1977.
- BENDIX, Reinhard. *Trabajo y Autoridad em la Industria. Las ideologias de la direccion en el curso*

- de la industrialización*. Trad. esp., Buenos Aires: EUDEBA, 1966
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no séc. XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Condições sociais da industrialização de São Paulo". In: *Revista Brasiliense*, março-abril, 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional - (1827- 1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/ Cátedra, 1978.
- CARONE, Edgar. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1977.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CASTRO, Antonio de Barros. "As mãos e os pés do Senhor de Engenho. Dinâmica do escravismo colonial". In: Paulo Sérgio Pinheiro (org.)- *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp.41-66.
- CHIAVENATO, Júlio J. *O Negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CORIAT, Benjamin. *L'Atelier et le Chronometre*, Paris, Christian Bourgois, 1979.
- COSTA, Emilia Viotti da. "O escravo na grande lavoura". In: Boris Fausto -(org.) - *O Brasil Monárquico - Hist. Geral da Civ. Brasileira*. t.II, vol.3. São Paulo: DIFEL, 1976,.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ªed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- DAVATZ, Tomaz. *Memórias de um colono no Brasil*. Trad.port. São Paulo, Martins, 1972.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DECCA, Edgar S.de."O tema da industrialização: política e história", in: *Cadernos de Pesquisa - 2. Tudo é história*, São Paulo: Brasiliense, 1983, pp.35-46.
- Departamento Estadual de Estatística, Ind.e Com., Secretaria da Agricultura, Ind.e Com. do Est. de São Paulo. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1938-9.*
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930- 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1986. *Federação operária de Santos, Santos, 1913.*
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Dominus, 1965
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.
- GENOVESE, E. *A Terra Prometida*. Trad.port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GENOVESE, E. *A Economia Política da Escravidão*. Trad.port., Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- GODOY, João Miguel T. de. "Dimensões do sistema fabril na Primeira República". *Caderno UniABC de História*, ano IV (28), maio de 2002, pp.85-122.
- GOMES, Angela M. de Castro. *Burguesia e Trabalho*, Rio de Janeiro: Campus, 1979
- GOMES, Angela M.de Castro. *A invenção do trabalhismo*, São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IU PERJ, 1988
- KOWARICK, Lucio. *Trabalho e Vadiagem..* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

- HARDMAN, Francisco F. e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- LEME, Maria Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. Trad.port., São Paulo: EPU, 1974
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARGLIN, Steven. “Origem e função do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões)”. In: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1982.
- NARDY F., Francisco. *A Fábrica de Tecidos São Luiz de Itu, s.c.p.*, 1949.
- NOGUEIRA, Otávio Pupo. *A Indústria em Face das Leis do Trabalho*. São Paulo: Escolas Salesianas, 1935.
- NOVAIS, Fernando . *Portugal e o Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo: HUCITEC, 1983.
- NOVAIS, Fernando A . “A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formação social no Brasil”. In: *Anais do Museu Paulista*, tomo XXIX, São Paulo, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de.”A Economia Brasileira: crítica à razão dualista”, in: *Estudos CEBRAP*, n.2, 1972.
- PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na falta de outros”, *Comunicação 7*, programa de pós-graduação em Antropologia Social, RJ, Museu Nacional, UFRJ, 1983.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PICCAROLO, Antonio e FINOCCHI, Lino. *O desenvolvimento industrial de São Paulo através da 1ª exposição municipal*. São Paulo: Pocaí, 1918.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael . *A Classe operária no Brasil – 1889-1930*, documentos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser.”Origens étnicas e sociais do empresário paulista”, *Revista de Administração de Empresas*, n.11, 1964;
- PEREIRA , Luiz Carlos Bresser. *Empresários e Administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Multinacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- Quem é Quem no Brasil - Biografias Contemporâneas*. Soc.Bras.De expansão Comercial, São Paulo, 1953.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas e EVANS, Peter. “Um delicado equilíbrio: o capital internacional e o local na industrialização brasileira”. In: *Caderno Cebrap* nº 28, São Paulo: Brasiliense, 1977.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Grupos Econômicos e o Modelo Brasileiro*, Tese de Doutorado, USP, mimeo., 1972.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Trad.port., Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, pp.166-167
- SCHWARZ, Roberto .”As idéias fora do lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SHALINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Trad.port., Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- SILVA, Sergio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-omega, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 9ªed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (Vol.II), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *Tradicion, Revuelta y Conciencia de Classe. Estudios sobre la crisis de la sociedad préindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984

VAINFAS, Ronaldo. *Ideología & Escravidão*. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. "Fábrica e Sistema Político". In: *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.24, n.2, pp.191-211.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad.port. São Paulo: Pioneira, 1973.

WEBER, Max. *Ciência e Política*. Trad.port. São Paulo: Ed.Cultrix, 1985.

WORONIECK, J.Koribut. *Eles construíram a grandeza de São Paulo*(in memorian), Sociedade Brasileira de Expansão comercial, São Paulo,s/d.13 Ver a esse respeito os seguintes trabalhos: Queiroz e Evans (1977); Pereira (1975);Fernandes (1975); Leme (1978).